



**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,**  
**EXTENSÃO E CULTURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**JOSÉ ANTÔNIO PEREZ OREIRO**

**OFICINA PEDAGÓGICA DE DESIGN GRÁFICO:**  
**Arte e tecnologia como convite para a educação**  
**profissional e tecnológica (EPT)**

Rio de Janeiro  
2025

**JOSÉ ANTÔNIO PEREZ OREIRO**

**OFICINA PEDAGÓGICA DE DESIGN GRÁFICO:  
Arte e tecnologia como convite para a educação profissional e tecnológica  
(ept)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Rio de Janeiro

2025

**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

O66 Oreiro, José Antonio Perez

Oficina pedagógica de design gráfico: arte e tecnologia como convite para a educação profissional e tecnológica (EPT) / José Antonio Perez Oreiro. - Rio de Janeiro, 2025.

96 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Prática pedagógica. 4. Software livre. 5. Software Inkscape. I. Rêgo, Carlos Eduardo Oliva de Carvalho. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113



**COLÉGIO PEDRO II**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**JOSÉ ANTÔNIO PEREZ OREIRO**  
**OFICINA PEDAGÓGICA DE DESIGN GRÁFICO**

**Arte e tecnologia como convite para a educação profissional e tecnológica**  
**(ept)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de setembro de 2025

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo (Orientador)  
PROFEPT

---

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro  
PROFEPT

---

Profa. Dra. Soraya Barcellos Izar  
UERJ

---

Prof. Dr. Robson Costa de Castro (suplente interno)  
PROFEPT

---

Profa. Dra. Paloma Maria Rodrigues Augusto (suplente externo)  
UFF

Rio de Janeiro  
2025



**COLÉGIO PEDRO II**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**JOSÉ ANTÔNIO PEREZ OREIRO**

**OFICINA PEDAGÓGICA DE DESIGN GRÁFICO**

**Arte e tecnologia como convite para a educação profissional e tecnológica**  
**(ept)**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de setembro de 2025

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo (Orientador)  
PROFEPT

---

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro  
PROFEPT

---

Profa. Dra. Soraya Barcellos Izar  
UERJ

---

Prof. Dr. Robson Costa de Castro (suplente interno)  
PROFEPT

---

Profa. Dra. Paloma Maria Rodrigues Augusto (suplente externo)  
UFF

Rio de Janeiro  
2025

## AGRADECIMENTOS

*Sou feito de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.*

*Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...*

*Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...*

*Que me tornam mais pessoa, mais humano, mais completo.*

*E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.*

*Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.*

*E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'*

*Cris Pizzimenti (2013)*

Agradeço primeiramente e de forma imensurável a Deus, o autor da minha fé e guia constante, a quem dedico toda a realização deste trabalho. Como nos lembra Filipenses 4:13, "Tudo posso naquele que me fortalece." É por intermédio Dele que todo este percurso foi possível, pois Ele ilumina meus caminhos, concede a força e a capacidade para realizar grandes feitos, e me dá a coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Agradeço também, com profundo carinho, aos meus avós, José e Saladina, e aos meus queridos pais, Perez e Benigna, por serem pilares essenciais e fonte inesgotável de apoio em minha vida. Minhas filhas, Beatriz e Letícia, com suas presenças, foram uma inspiração fundamental; ao buscar educá-las pelo exemplo, elas me impulsionaram, mesmo sem saber, a persistir e concluir este trabalho. À minha esposa, um agradecimento especial por clarificar minhas ideias e me inspirar a buscar incessantemente novos conhecimentos e novas formas de ver a vida. Estendo minha gratidão a toda a família e amigos que, com seu constante incentivo, me ajudam a ser uma pessoa melhor e a jamais desistir dos meus sonhos.

Por último, mas não menos importante, agradeço imensamente ao meu orientador, Carlos Eduardo Oliva Rêgo, pela acessibilidade e pelo acolhimento ímpar desde o início de nossa colaboração. Sua orientação me fez perceber que a jornada do TCC não era predefinida, mas um caminho a ser trilhado e construído em conjunto, passo a passo. A cada etapa, sua vasta experiência e as escolhas que fizemos juntos foram cruciais, moldando o percurso e transformando a construção deste trabalho em uma valiosa e inestimável jornada de aprendizado.

*Não basta aprender, pois o conhecimento é polivalente. Importa muito mais aprender a aprender e aprender a viver juntos, a participar em projetos comuns. Aprender tornou-se sobretudo fazer uma grande viagem ao interior do ser, com autonomia, saber cuidar de si, dos outros. (Gadotti, 2000).*

*Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (Alves, 2012, p. 29-30).*

*Oficina é uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica. [...] Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, como objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva. (Paviani; Fontana, 2009, p.78).*

## RESUMO

OREIRO, José Antônio Perez. **OFICINA PEDAGÓGICA DE DESIGN GRÁFICO: Arte e tecnologia como convite para a educação profissional e tecnológica.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

Esta dissertação objetiva apresentar a proposta de uma oficina pedagógica de design gráfico como produto educacional para apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a jovens, contribuindo para sua formação integral e futura inserção no mundo do trabalho. A pesquisa, qualitativa e exploratória, foi realizada baseada em revisão bibliográfica. A oficina pedagógica de design gráfico foi concebida como um espaço de aprendizado prático e colaborativo, utilizando software livre (Inkscape) para estimular a criatividade, aprimorar a comunicação e facilitar a compreensão de conceitos complexos de maneira engajadora e acessível. A oficina também busca promover a formação integral dos jovens, diante dos desafios do futuro tecnológico e incentivando sua inserção na EPT. A metodologia adotada priorizou a utilização de tecnologias digitais que equilibrem habilidades pessoais e conteúdos, desenvolvendo ainda competências socioemocionais. O produto educacional consiste em um (1) "Roteiro para educadores" para oferta da oficina, complementado por uma (2) "Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescentes", para auxiliar no aprendizado do software e nas tarefas propostas. A oficina pedagógica de design gráfico almeja ser um instrumento de apresentação de jovens à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), identificada como uma via promissora e acessível para o desenvolvimento de suas competências. Conclui-se, portanto, que a referida oficina possui o potencial de ser uma ferramenta profícua na disseminação da EPT, ao oferecer uma abordagem inovadora e motivadora para a formação dos jovens.

**Palavras-chave:** educação profissional e tecnológica (ept); oficina pedagógica; design gráfico; software livre (inkscape); formação integral

## ABSTRACT

OREIRO, José Antônio Perez. **PEDAGOGICAL WORKSHOP ON GRAPHIC DESIGN: Art and technology as an invitation to vocational and technological education.** Thesis (Professional Master's in Vocational and Technological Education) – PROPGPEC, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

This thesis aims to present the proposal of a pedagogical workshop on graphic design as an educational product to introduce Vocational and Technological Education (VTE) to young people, contributing to their holistic development and future insertion into the labor market. The research, qualitative and exploratory in nature, was based on a literature review. The pedagogical workshop was conceived as a space for practical and collaborative learning, using free software (Inkscape) to stimulate creativity, enhance communication, and facilitate the understanding of complex concepts in an engaging and accessible way. The workshop also seeks to promote the integral development of young people in light of the challenges of the technological future, while encouraging their involvement in VTE. The methodology adopted prioritized the use of digital technologies that balance personal skills and content, also fostering socio-emotional competencies. The educational product consists of (1) a “Guide for Educators” to support the implementation of the workshop, complemented by (2) an “Inkscape Workbook – Graphic Design for Adolescents” to assist in learning the software and completing the proposed tasks. The pedagogical workshop aspires to serve as an instrument for introducing young people to Vocational and Technological Education, identified as a promising and accessible path for the development of their skills. It is concluded, therefore, that the workshop has the potential to be a fruitful tool in disseminating VTE by offering an innovative and motivating approach to youth education.

**Keywords:** vocational and technological education (vte); pedagogical workshop; graphic design; free software (inkscape); holistic development

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização da EPT no Brasil .....	44
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Linha do tempo com marcos oficiais da Educação Profissional no Brasil .....	45
--	----

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	12
1 REFERENCIAIS TEÓRICOS DA EPT .....	21
1.1 A importância da formação humana integral para a EPT .....	24
1.2 O trabalho como princípio educativo, a ciência e a tecnologia.....	26
1.3 Um breve diálogo com Paulo Freire, Proudhon, Gramsci e Marx .....	31
1.4 A arte como princípio educativo na EPT. ....	36
1.5 Marcos oficiais da EPT no Brasil .....	41
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE DESIGN GRÁFICO E OFICINAS PEDAGÓGICAS. ....	45
2.1 A arte como princípio educativo em oficinas pedagógicas. ....	45
2.2 Oficinas Pedagógicas.....	48
2.3 Oficinas de Design Gráfico.....	49
3 UMA CONEXÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	52
3.1 A Educação Profissional e Tecnológica e os Direitos Humanos .....	53
3.2 A Indissociável Conexão entre EDH e EPT .....	57
3.3 Desafios e Perspectivas para a EDH no Brasil .....	59
4 METODOLOGIA.....	62
4.1 Metodologia da pesquisa.....	62
4.2 Metodologia do produto educacional.....	64
5 PRODUTO EDUCACIONAL .....	72
5.1 Encontro 1 - Acolhimento e apresentação:.....	75
5.2 Encontro 2 - Reforçar a importância da solidariedade, cooperação e colaboração e trabalhar os conceitos de área e perímetro. ....	76
5.3 Encontro 3 – Soma e Diferença .....	78
5.4 Encontro 4 – Teoria dos Conjuntos .....	80
5.5 Encontro 5 – Nuvens de Palavras .....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	85
REFERÊNCIAS .....	92

## 1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de despertar o interesse de jovens pela EPT, em âmbito nacional, esta dissertação apresenta como proposta uma “Oficina Pedagógica de Design Gráfico”, concebida como o produto educacional, visando apresentar possibilidades da EPT aos jovens, contribuindo para sua formação integral e futura inserção no mundo do trabalho.

A origem da pesquisa que deu origem a este trabalho remonta ao meu início no curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Colégio Pedro II, em 2023, quando li sobre uma visita de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas à Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP), empresa responsável pela limpeza urbana do município, me instigando a uma reflexão sobre possíveis outras empresas a que se poderia levar tais jovens, em um município reconhecido por suas vocações nas indústrias de moda, cervejeira e moveleira, além de um consolidado polo hoteleiro, turístico e gastronômico, e uma crescente atratividade para empresas de tecnologia, inovação e comunicações, tratando-se de uma cidade com um leque diversificado de oportunidades produtivas.

A inquietação gerada pela visita de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas a uma empresa de limpeza urbana, em contraste com o diversificado cenário econômico de Petrópolis, despertou minha vontade de contribuir de alguma forma para que jovens – inclusive aqueles cumprindo medidas socioeducativas ou mesmo grupos de jovens em situação de vulnerabilidade social – pudessem ter acesso a um convite para se tornarem estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, com direito a uma formação voltada para a leitura do mundo e a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005). Assim, pensei em criar um produto educacional objetivando contribuir para o planejamento de ações educativas que pudessem servir como forma de apresentar a Educação Profissional Tecnológica (EPT) para esses jovens.

A partir da convicção de que a estrutura do Centro de Educação Profissional em Tecnologia da Informação (CPTI) de Petrópolis poderia ser um vetor para ações educacionais direcionadas a jovens, inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade, fui delineando esta proposta de pesquisa. Neste contexto, a “Oficina Pedagógica de Design Gráfico” foi concebida como o produto educacional que apresento como meu trabalho de conclusão do curso deste Mestrado Profissional.

Para uma melhor compreensão da estrutura educacional em que me inspirei, cabe dizer que o Centro de Educação Profissional em Tecnologia da Informação (CPTI) de Petrópolis e a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ) – Petrópolis, ambos vinculados à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), operam de forma integrada. Essas instituições compartilham tanto a infraestrutura física quanto a gestão diretiva. O CPTI oferece cursos técnicos em informática, disponíveis nas modalidades subsequente e concomitante. A FAETERJ-Petrópolis, por sua vez, é responsável por cursos de ensino superior em Tecnologia da Comunicação, conferindo formação acadêmica. Embora funcionem sob uma direção administrativa unificada, é importante notar que ambas as instituições mantêm coordenações pedagógicas distintas. Essa autonomia é fundamental para assegurar a especificidade de seus projetos educacionais, inseridos no panorama da educação profissional e tecnológica do estado do Rio de Janeiro.

Com o intuito de formalizar uma colaboração para a implementação da oficina, um resumo do pré-projeto desta pesquisa foi entregue à Vara da Infância e Juventude e do Idoso de Petrópolis e à Direção da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ) – Petrópolis. A proposta foi bem recebida por ambas as instituições, culminando na formalização de uma parceria. Como resultado direto dessa colaboração, e mesmo antes da finalização desta pesquisa, foi concebido o Projeto JornADA, desenvolvido pela FAETERJ Petrópolis, uma iniciativa focada nas competências digitais dos jovens, com ênfase particular em meninas em situação de institucionalização. Este projeto visa contribuir significativamente para a formação integral dessas jovens, capacitando-as para os desafios do futuro tecnológico e promovendo sua inserção produtiva na sociedade.

A pesquisa, porém, foi formalmente iniciada após a Qualificação, momento que marcou o início das atividades da investigação. Durante esse período, minha atuação como docente da FAETERJ/ CPTI, nas edições da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2023 e 2024, proporcionaram uma perspectiva observacional fundamental para o desenvolvimento do estudo. O acompanhamento de visitas de estudantes do ensino fundamental e médio da região à instituição revelou um desconhecimento generalizado tanto da própria entidade educacional quanto da diversidade de cursos por ela oferecidos. Notadamente, a indagação por

parte de visitantes e seus acompanhantes sobre os custos de mensalidade e a subsequente manifestação de surpresa ao serem informados sobre a natureza integralmente gratuita e pública da instituição foram observações recorrentes.

Contudo, com base na premissa de Costa (2006), que defende a não diferenciação de práticas educativas para jovens em situação de vulnerabilidade social, este trabalho acabou por se alinhar à perspectiva de que não se faz necessária a criação de metodologias pedagógicas específicas para esse público. Conforme elucidado pelo autor:

Tudo que serve para trabalhar com adolescentes serve para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, porque toda ação educativa deve ser revestida de uma aposta no outro [...] Todos os métodos e técnicas de ação social e educativa (ferramental teórico-prático) que funcionam com adolescentes funcionam também com os que se encontram em situação de vulnerabilidade (Costa, 2006, p.43).

Em consonância com essa compreensão, optei pela ampliação do público-alvo do produto educacional desenvolvido. Esta decisão visou conferir-lhe aplicabilidade universal, transcendendo a mera assistência a jovens em situação de vulnerabilidade social e estabelecendo-o como um veículo eficaz para a disseminação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) – aqui compreendida em seu papel de inserção laboral e diminuição das desigualdades sociais – em âmbito nacional.

A oficina proposta, portanto, adota o design gráfico — uma área que harmoniza arte e tecnologia — como elemento central, reconhecendo seu potencial multifacetado para estimular a criatividade, aprimorar a comunicação e facilitar a compreensão de conceitos complexos de maneira engajadora e acessível. Ao integrar ferramentas de software livre, como o Inkscape, os participantes terão a oportunidade de vivenciar a EPT de maneira prática e motivadora, construindo um elo entre a expressão artística e as competências técnicas demandadas pelo crescente setor da tecnologia da informação.

Vale ressaltar que a utilização de software livre é crucial para formar um cidadão crítico e consciente. Ele não apenas oferece acesso irrestrito a ferramentas de alta qualidade, superando barreiras financeiras e promovendo a democratização do conhecimento e da tecnologia, mas também incentiva uma compreensão mais profunda sobre a colaboração, a inovação aberta e a independência tecnológica, expondo os participantes a comunidades que valorizam o compartilhamento e a

modificação, incentivando os usuários a irem além do consumo, mas se tornaram capazes de produzir e adaptar tecnologias. Essa experiência prática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estabelece uma conexão valiosa entre a expressão artística e as competências técnicas essenciais para o dinâmico setor de tecnologia da informação, ao mesmo tempo em que fomenta uma postura proativa e questionadora perante as tecnologias que moldam nosso mundo.

O objetivo primordial desta oficina pedagógica, concebida como produto educacional, é apresentar de forma engajadora as inúmeras oportunidades proporcionadas por um curso técnico. Especificamente, este estudo se concentra na análise de uma apresentação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática, oferecido pelo Centro de Educação Profissional em Tecnologia da Informação (CPTI). A meta central é sensibilizar o público jovem acerca da acessibilidade e das vastas possibilidades do Ensino Profissional e Tecnológico (EPT). Almeja-se, assim, incentivar os jovens a considerarem essa modalidade educacional como uma opção estratégica e atrativa para seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

No sentido de tais reflexões, esta dissertação visa discutir ainda a formação unilateral e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), antes de abordarmos a oficina pedagógica de design gráfico. Adicionalmente, esta dissertação pretende promover o desenvolvimento do conhecimento científico, da criatividade e da autonomia dos participantes, contribuindo, ainda, para sua Educação em Direitos Humanos. Assim, a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Referenciais Teóricos da EPT”, abordaremos a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sob uma ótica que transcende a concepção instrumental de formação para o mercado de trabalho, conforme evidenciado por Brito e Purificação (2008), Ramos (2014, 2021) e Silva e Rosa (2021). Neste capítulo, defendo que a EPT, em sua dimensão emancipatória, compreende a indissociável relação entre trabalho e educação, concebendo o trabalho como elemento fundante da existência humana e a educação como vetor para a formação humana integral ou unilateral.

Com base nas reflexões de Marx, esta análise tratará da noção de “trabalho como princípio educativo”, entendendo que tal princípio não se restringe à especialização de mão de obra, mas visa a formação de pessoas conscientes, dotadas de senso crítico e de uma compreensão abrangente da sociedade. O trabalho, abordado em seu duplo sentido – ontológico e histórico –, será examinado

em sua relação intrínseca com a ciência e a tecnologia, ressaltando-se que os avanços nessas esferas devem ser direcionados à emancipação da classe trabalhadora, e não à sua exploração.

Para fundamentar essa abordagem, será estabelecido um brevíssimo diálogo com pensadores como Paulo Freire, Proudhon, Gramsci e Marx, visando reforçar a relevância de uma educação que integre teoria e prática, supere dicotomias e contribua para a transformação social. A discussão será concluída com a apresentação da arte como princípio educativo na EPT, reconhecendo seu potencial humanizador e seu papel na conscientização e na valorização do indivíduo.

No segundo capítulo, “Referenciais Teóricos sobre Design Gráfico e Oficinas Pedagógicas”, aprofundaremos os referenciais teóricos que sustentam a interface entre o design gráfico e as oficinas pedagógicas, justificando a escolha de uma oficina de design gráfico como estratégia para apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) aos jovens.

Inicialmente, trataremos a arte como princípio educativo para oficinas pedagógicas. Com base em autores como Fischer (1983), Pilotto (1987), Barbosa (1995), Ostrower (2001), Read (2001), Soares (2007), Silva (2009), Fusari e Ferraz (2009), discutiremos o poder da arte na formação integral do indivíduo, abordando seu potencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural, bem como sua capacidade de promover a expressão, a comunicação, o autoconhecimento e a transformação social. O papel da arte como instrumento de transformação social será enfatizado, especialmente sua contribuição para o desenvolvimento da percepção e da criatividade.

Em seguida, a discussão se voltará para as oficinas pedagógicas enquanto metodologia colaborativa e espaço democrático para a construção coletiva do conhecimento. Com base em Candau (1999, 2012, 2013) e Reyes (1991), analisaremos como as oficinas promovem a troca de saberes, horizontalizam as relações e incentivam a liberdade e a autoridade compartilhada, articulando teoria e prática para a materialização da práxis, desenvolvendo a criatividade e o pensamento crítico.

Por fim, o capítulo abordará as oficinas de design gráfico em si, definindo o design gráfico como a arte da comunicação visual que une criatividade e inovação para solucionar problemas de comunicação (Cardoso, 2008; Batista, 2008; Icoagrada, 2001). Serão delineadas as capacidades de um designer gráfico,

conforme Fenner (2000), e será demonstrado como as oficinas de design gráfico se configuram como espaços de aprendizado prático e colaborativo, explorando conceitos, técnicas e ferramentas do design. Acreditamos que essas oficinas podem ser uma ferramenta poderosa para atrair e conectar jovens à Educação Profissional Tecnológica (EPT), servindo como porta de entrada para o universo da tecnologia, desenvolvendo habilidades criativas e técnicas que os prepararão para os desafios do século XXI (Moura, 2018).

Em seguida, o capítulo “Uma Conexão com a Educação em Direitos Humanos” se dedicará à análise da inter-relação entre o direito à educação, a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com o objetivo de demonstrar como essa integração promove a formação de sujeitos críticos, autônomos e engajados. Ao investigar essa conexão, pretende-se evidenciar que a EPT, quando articulada com os princípios da EDH, passa a desempenhar um papel transformador na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Neste contexto, o capítulo parte de uma compreensão ampliada dos Direitos Humanos, conforme argumentado por Candau (2012), para sustentar que tais direitos não se restringem às esferas civis e políticas, mas abrangem também dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, cuja efetivação exige práticas educativas comprometidas com a dignidade da pessoa humana, a equidade e o reconhecimento da diversidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial os Artigos 1º e 26, oferece o marco normativo que fundamenta essa perspectiva, reforçando a educação como instrumento para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

A discussão percorre, ainda, alguns fundamentos normativos da EPT no Brasil, especialmente à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), articulando-os à concepção de trabalho como princípio educativo, conforme postulado por Saviani (1986). Argumenta-se que o trabalho, entendido em sua dimensão humanizadora, deve ser indissociável da formação educacional, o que implica a necessidade de uma EPT comprometida não apenas com a capacitação técnica, mas também com a emancipação ética, política e social dos indivíduos.

Nesse sentido, a inserção da EDH na EPT é discutida como elemento estratégico para a promoção de uma cidadania ativa e para a garantia de uma

formação integral, capaz de preparar os sujeitos para atuarem de maneira crítica no mundo do trabalho e na sociedade. As diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e da Resolução CNE/CP nº 1/2012 são mobilizadas como referências normativas que orientam essa integração e reforçam o papel da EDH na formação de sujeitos de direitos.

Por fim, o capítulo também se propõe a analisar os principais desafios e perspectivas para a consolidação da EDH no campo da EPT. A partir do aporte teórico de autores como Candau (2012), Galvão e Machado (2021) e Starck e Silva (2023), serão discutidas as dificuldades e possibilidades de avanços rumo à construção de uma cultura de Direitos Humanos que perpassasse todas as dimensões da educação profissional e tecnológica.

No capítulo seguinte detalharemos a metodologia adotada na presente pesquisa, que teve sua concepção inicial, como dito acima, a partir da observação de uma disparidade entre as vocações econômicas de Petrópolis (moda, cervejeira, moveleira, polo hoteleiro/turístico/gastronômico e tecnológico) e a aplicação de medidas socioeducativas em uma empresa de limpeza urbana. Tal dissonância motivou a busca por modalidades formativas que possibilitem a inserção social e profissional de jovens, alinhando-se com a perspectiva de Ciavatta (2005) sobre a necessidade de conciliar as exigências do mundo do trabalho com as possibilidades de desenvolvimento humano integral.

Neste contexto, uma oficina pedagógica de Design Gráfico é vislumbrada como uma prática educativa capaz de articular arte, ciência e tecnologia, ampliando o horizonte dos jovens e promovendo o trabalho como atividade criadora fundamental.

Primeiramente, apresentaremos a Metodologia da Pesquisa, que se caracteriza por sua natureza qualitativa e exploratória, buscando aprofundar a compreensão de um fenômeno complexo através das análises e interpretações do pesquisador. A construção da fundamentação teórica baseia-se em uma revisão da literatura sistemática e abrangente, conforme proposto por Prodanov e Freitas (2013). Porém, nossa pesquisa não se limita a uma simples listagem de obras, pois buscamos organizar, avaliar criticamente e sintetizar o conhecimento acumulado para fornecer uma visão geral do tema, concentrando-nos na compreensão profunda do fenômeno investigado. A revisão bibliográfica, nesse sentido, configura-se como o alicerce imprescindível da investigação.

Em seguida, finalmente, detalhamos a metodologia do desenvolvimento da “Oficina de Design Gráfico”, concebida como produto educacional desta dissertação. A oficina tem como objetivo principal apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a estudantes do ensino básico, desmistificando-a e estimulando o interesse pelas diversas possibilidades de formação e futuro profissional que ela oferece. A construção da oficina pautou-se em princípios da pedagogia crítica, valorizando a participação ativa, a problematização e a construção coletiva do conhecimento, em consonância com abordagens que defendem a educação como prática da liberdade e da autonomia.

Inspirada na perspectiva de Vera Maria Candau (2002), a “Oficina de Design Gráfico” é estruturada como um ambiente de experimentação prática, onde os estudantes são convidados a criar utilizando os princípios do design como ferramenta de expressão, ao mesmo tempo em que compreendem o universo da EPT. O produto educacional consiste em um roteiro detalhado para educadores oferecerem a oficina, complementado por uma “Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescentes”, guia para auxiliar o aprendizado do software e as tarefas propostas. A metodologia prioriza a integração de tecnologias digitais que equilibrem habilidades pessoais e conteúdos, desenvolvendo competências socioemocionais, como trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas e pensamento crítico.

A opção por oficinas pedagógicas reflete a crença em sua capacidade de integrar saberes práticos e teóricos de forma dinâmica e inclusiva, valorizando a identidade dos estudantes e promovendo um ambiente acolhedor onde o educador atua como facilitador (Candau, 1999). Essa abordagem visa a cocriação do conhecimento, a interdisciplinaridade e a superação da dicotomia entre formação geral e profissional, conforme defendem Frigotto (2001), Ramos (2008) e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

A oficina se estrutura em cinco encontros de 4 horas/aula, com momentos de acolhida, entrosamento, reflexão sobre temas de interesse do grupo e atividades práticas que convidam os participantes a experimentar, investigar, resolver problemas e refletir, alinhando-se às quatro dimensões de Candau (2013): observar, conhecer, celebrar e engajar-se. A metodologia da oficina pedagógica, ao promover a construção ativa do conhecimento e a interação entre teoria e prática em consonância com Paulo Freire, busca uma formação omnilateral que capacite os

jovens para serem sujeitos autônomos e ativos, prontos para a transformação social.

No capítulo final detalharemos o Produto Educacional desenvolvido, a “Oficina Pedagógica de Design Gráfico”, concebida para aproximar os jovens ao universo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Alinhada às diretrizes do PROFEPT de promover a articulação entre educação e mundo do trabalho, esta oficina busca ser uma porta de entrada dinâmica e criativa para o conhecimento técnico e para o desenvolvimento de habilidades relevantes no cenário contemporâneo. A iniciativa visa despertar o interesse dos jovens pelas diversas áreas da EPT, utilizando o design gráfico como um campo em expansão para desenvolver raciocínio visual, criatividade, comunicação e domínio de ferramentas digitais, desmistificando a EPT e apresentando-a como um caminho promissor.

Nosso objetivo primordial é apresentar as amplas oportunidades Educação Profissional Tecnológica a jovens cursando, no mínimo, a última série do Ensino Fundamental. A estrutura pedagógica e metodológica da oficina permite sua replicabilidade em quaisquer instituições públicas de ensino técnico no Brasil, promovendo a conscientização de jovens sobre a sua acessibilidade e as potencialidades da EPT. A arquitetura didática fundamenta-se em metodologias ativas, fomentando a criatividade e a experimentação em design gráfico, com abordagem dialógica e informal, e utilizando o software livre Inkscape para democratizar o acesso a recursos tecnológicos.

Por fim, acreditamos que uma educação que se concentre apenas em transmitir conhecimentos e em desenvolver uma capacidade técnica que apenas prepare um profissional para o mundo do trabalho não atenda mais às necessidades da sociedade e do próprio mundo do trabalho. Os sujeitos precisam ser críticos, reflexivos, criativos, ágeis, inovadores e talentosos, prontos para agir e transformar o mundo. Portanto, a educação precisa se transformar e incorporar valores que formem sujeitos preparados para tais desafios, sendo fundamental que a educação não se limite ao conformismo, mas estimule a liberdade e a autonomia. É neste sentido que pensamos nas oficinas aqui propostas e, mais do que isso, em sua dimensão artística e tecnológica servindo como convite para jovens desejarem ingressar na EPT.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS DA EPT

Neste capítulo, abordaremos os referenciais teóricos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Uma concepção restrita da EPT a define como a educação voltada para a qualificação técnico-profissional, ou seja, para preparar indivíduos para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva limitada, a EPT se restringiria ao desempenho prático, às demandas mercadológicas e à atualização tecnológica, sem contemplar a formação do ser humano como cidadão crítico e atuante frente à realidade socioeconômica.

Contrariamente a essa visão restritiva, uma análise aprofundada, fundamentada em autores proeminentes do campo da EPT (Brito e Purificação, 2008; Ramos, 2014, 2021; Silva e Rosa, 2021), revela que essa modalidade educacional transcende a mera capacitação para o desempenho de tarefas em postos de trabalho. O papel da EPT não se restringe à especialização de mão de obra, mas se volta para a formação de um ser humano consciente, dotado de senso crítico e uma compreensão ampliada da sociedade. Glaucia Brito e Ivoneia de Purificação (2008) apresentam uma descrição abrangente do que constitui a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em sua plenitude:

É aquela que prepara para a vida, para tomar decisões, para integrar conhecimento. Trata-se de uma educação que prepara o indivíduo para agir, não apenas reagir; planejar e não apenas executar. (Brito; Purificação 2008, p. 111).

Essa perspectiva ressalta o caráter formativo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que transcende o mero treinamento técnico ao buscar capacitar o indivíduo para uma atuação proativa e consciente na sociedade. A EPT, portanto, configura-se como uma modalidade educacional voltada para a formação integral do indivíduo. Ela não se restringe à aplicação de conhecimentos técnicos, mas avança, preparando os sujeitos para desenvolvê-los a partir de uma compreensão aprofundada do mundo. Silva e Rosa (2021) corroboram essa visão, defendendo que a EPT deve considerar o ser humano em sua totalidade, para uma formação plena e não o seu adestramento para o desempenho de funções técnicas e manuais necessárias a seu ingresso no mundo de trabalho, mas tendo como horizonte um ideal de ser humano pleno, livre, consciente, emancipado e digno.

Essa concepção enfatiza a emancipação e a dignidade humana como pilares da EPT, distanciando-a de uma abordagem puramente instrumentalista e focada no

mercado de trabalho.

Ramos (2021) complementa essa perspectiva, argumentando que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não deve ser reduzida à mera formação de força de trabalho como mercadoria, destinada a ser comercializada em um mercado supostamente livre. Pelo contrário, Ramos (2021) enfatiza que tais relações de mercado frequentemente disfarçam estruturas de dominação e opressão.

Em vez disso, a concepção do trabalho como princípio educativo, segundo Ramos (2021), não se limita a preparar trabalhadores para o mercado. Seu objetivo primordial é:

[...] contribuir para o desenvolvimento das pessoas para que possam produzir a sua existência mediante a apropriação dos conhecimentos produzidos sócio historicamente, tendo o uso e a transformação desses conhecimentos como potencialidades de práxis efetivas de produção; produção de tudo que precisamos neste mundo, desde as tecnologias mais “duras”, até a música, as peças teatrais, a poesia, enfim, tudo o que o ser humano é capaz de elaborar (Ramos, 2021, p. 47).

Essa abordagem reitera a função emancipadora da EPT, focando na capacitação do indivíduo para a produção integral de sua existência e na apropriação crítica do conhecimento para a transformação social.

Percebemos que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) compreende o trabalho em seu duplo sentido, ontológico e histórico. Em ambas as perspectivas, o trabalho é um princípio educativo que busca uma intervenção na realidade, visando a construção de uma cidadania plena.

Nesse sentido, como aponta Frigotto (1989):

Assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalhador implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeito do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (Frigotto, 1989, p.8).

Essa concepção sublinha a importância de uma abordagem crítica do trabalho na EPT, promovendo a transformação social e a emancipação do indivíduo.

Para uma compreensão mais aprofundada do trabalho enquanto princípio educativo, Ramos (2014) esclarece que "a concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus

objetivos conteúdos e métodos." (Ramos, 2014, p. 90).

Complementarmente, na concepção de Ciavatta (2014), a efetivação do trabalho como princípio educativo ocorre por meio de uma formação integrada:

No caso da formação integrada, a educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Ciavatta, 2014, p. 198).

Essas perspectivas convergem para a ideia de que a EPT, ao integrar o trabalho como pilar educacional, visa à superação de dualismos e à formação de indivíduos capazes de atuar plenamente em suas dimensões profissional e cidadã.

Barros e Silva (2021, p. 121) alertam para o perigo de se desviar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de sua conexão com o mundo do trabalho para meramente alinhá-la às demandas do mercado de trabalho. Tal deslocamento, argumentam os autores, configura uma falsa representatividade da classe trabalhadora, especialmente dos segmentos mais vulneráveis econômica e socialmente, ao reduzir a formação a uma mera preparação para ocupações, sem considerar as complexas dinâmicas de poder e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Nesse sentido, a EPT não deve ser compreendida como uma educação puramente instrumental, voltada apenas para o desenvolvimento de habilidades práticas. Ao contrário, a EPT constitui um campo educacional muito mais amplo, fundamentado em bases conceituais que englobam a formação geral, a formação prática e a formação corporal.

Essa abordagem integrada visa o desenvolvimento pleno do indivíduo, capacitando-o não apenas para o exercício de uma profissão, mas também para uma participação crítica e consciente na sociedade. A EPT, portanto, emerge como um espaço privilegiado para a promoção da cidadania emancipatória, onde o trabalho é ressignificado como princípio educativo e não como fim em si mesmo, contribuindo para a construção de um sujeito autônomo e transformador da realidade.

## 2.1 A importância da formação humana integral para a EPT

A formação humana integral, frequentemente referida como "omnilateralidade", constitui uma base conceitual fundamental para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse conceito postula a necessidade de superar a fragmentação do ser humano, historicamente dividida pela cisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual – ou seja, entre as ações de executar e as de pensar, dirigir ou planejar. Conforme Ramos (2014, p. 11), a omnilateralidade "sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar". Dessa forma, a EPT busca promover o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, integrando as dimensões cognitiva, prática e ética, a fim de formar indivíduos capazes de atuar de maneira consciente e transformadora na sociedade e no mundo do trabalho.

A divisão social do trabalho que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) busca superar é aquela que historicamente cindiu os indivíduos entre o trabalho manual e o intelectual; entre aqueles que executam e os que pensam; entre os que fazem e os que planejam. A formação humana integral refere-se, portanto, a um processo educacional que visa desenvolver o indivíduo em suas múltiplas dimensões humanas e, que, conforme Ramos (2014), "expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos." (Ramos, 2014, p. 94)

O cerne da formação humana integral é, como sintetiza Ciavatta (2005):

O que se pretende com a formação humana integral é: garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta *apud* Ramos, 2014, p. 86).

Essa abordagem ressalta o compromisso da EPT com a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a compreender e a intervir criticamente na realidade social, política e econômica.

A premissa da integração na educação visa romper com a fragmentação tradicional, substituindo uma formação unilateral — que prepara o trabalhador meramente para as demandas imediatas do mercado — por uma abordagem que

englobe dimensões éticas, culturais, políticas e estéticas. Essa perspectiva possibilita a:

[...]compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (Ciavatta *apud* Ramos, 2014, p. 87).

Dessa forma, a educação deve considerar a totalidade do contexto existencial do indivíduo, evitando a fragmentação e assumindo um caráter omnilateral. Paulo Freire (1997) ilustra a profunda integração entre trabalho, arte e cultura ao relatar a compreensão de uma recém-alfabetizada sobre o tema. Ao interpretar uma figura que representava "um homem que, trabalhando o barro, criava com as mãos, um jarro" (Freire, 1997, p. 21), a mulher, após apreender o conceito de cultura e trabalho presente na imagem, avançou em sua percepção:

Criar o jarro com o trabalho transformador sobre o barro não era apenas a forma de sobreviver, mas também de fazer cultura, de fazer arte. Foi por isso que, relendo sua leitura anterior do mundo e dos que-fazeres no mundo, aquela alfabetizanda nordestina disse segura e orgulhosa: "Faço cultura. Faço isto." (Freire, 1997, p. 21)

Este exemplo de Freire destaca a capacidade humana de transcender a mera subsistência pelo trabalho, revelando o potencial criativo e cultural intrínseco à ação transformadora. A experiência da alfabetizanda sublinha como a compreensão do trabalho em sua dimensão mais ampla pode levar à consciência de si como agente produtor de cultura e arte, fortalecendo a identidade e o senso de pertencimento.

Essa passagem reitera a tese de que a compreensão do mundo se efetiva por meio da integração entre a exatidão científica e o senso comum. No contexto do ensino médio integrado ao ensino técnico, torna-se imperativo transcender uma educação fragmentada, tecnicista e simplista que meramente habilita o estudante para o acesso ao mercado de trabalho. Ao contrário, é essencial que se ofereça uma educação humana integral, na qual, conforme destaca Ramos (2014):

[...] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (Ramos, 2014, p. 87).

Tal abordagem é fundamental, pois combina o desenvolvimento acadêmico e técnico com uma formação cidadã plena. Dessa forma, a EPT capacita os indivíduos não só para o mundo do trabalho, mas também para atuar de forma

crítica e transformadora na sociedade.

## **2.2 O trabalho como princípio educativo, a ciência e a tecnologia**

A proposta de uma educação que articula o trabalho intelectual com o trabalho produtivo, entrelaçando teoria e prática de modo que a teoria fundamente a prática e a prática revigore a teoria a partir de uma realidade concreta, significa focar no que Ramos define como:

O trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Ramos, 2014, p. 87).

Esta abordagem visa integrar o conhecimento científico e tecnológico ao processo formativo, permitindo que os estudantes compreendam a produção como um ato que exige tanto o saber-fazer quanto o saber-pensar, capacitando-os a intervir de forma consciente e transformadora na sociedade e no avanço científico e tecnológico.

O trabalho como princípio educativo, fundamentado na articulação entre teoria e prática, baseia-se na realidade concreta. Para Ramos (2014, p. 84), "a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Portanto, para ser compreendida e transformada, deve ser apreendida em suas mediações." Desse modo, compreendemos que a realidade concreta não é meramente um conjunto de partes que formam um todo estático, mas sim um complexo de elementos que se articulam em períodos específicos da história. A práxis, nesse contexto, emerge como o meio articulador entre a subjetividade e a objetividade nas atividades humanas, possibilitando tanto a compreensão quanto a transformação dessa realidade.

Nesta dissertação, concebemos o trabalho em seu sentido ontológico como a ação de transformar a natureza para satisfazer as necessidades humanas de sobrevivência, processo que, por sua vez, configura o desenvolvimento histórico da humanidade. Ramos (2014) corrobora essa compreensão ao afirmar que, em seu sentido ontológico, o trabalho se configura "como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos." (Ramos, 2014, p. 91) Essa perspectiva enfatiza o trabalho não apenas como uma atividade produtiva, mas como um elemento fundamental na constituição do ser humano e na geração

de conhecimento.

Em seu sentido histórico, particularmente sob o sistema capitalista, o trabalho adquire a conotação de emprego. Conforme Ramos (2014), citando Lukács (1978), o trabalho:

se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos (Lukács, 1978, 85 *apud* Ramos, 2014, p. 91).

Essa compreensão salienta a transformação do trabalho em uma categoria econômica distintiva, moldada pelas relações capitalistas de produção e pelo incessante processo de geração de novos saberes a partir das práticas existentes.

O ser humano, diferentemente das demais espécies, possui a singular capacidade de agir de forma teleológica, ou seja, com intencionalidade e propósito. É por meio do trabalho que o homem se distingue como a única criatura capaz de projetar e criar algo novo para atender às suas necessidades. Conforme Ramos (2014) elucida:

O caráter teleológico da intervenção humana sobre o meio material, isto é, a capacidade de ter consciência de suas necessidades e de projetar meios para satisfazê-las, diferencia o homem do animal, uma vez que este último não distingue a sua atividade vital de si mesmo, enquanto o homem faz da sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência (Ramos, 2014, p.88).

Essa citação ressalta a essência da atividade humana como um processo consciente e volitivo de transformação da realidade, marcando a distinção fundamental entre a ação humana e a animal.

É a partir do trabalho que o ser humano gera conhecimentos que, ao serem sistematizados ao longo de um processo histórico, configuram a ciência. Com base em Ramos (2014), compreendemos a ciência como o acúmulo e a sistematização de conhecimentos produzidos pela humanidade em contextos espaço-temporais específicos, os quais, sob o sistema de produção capitalista, foram convertidos em força produtiva. Nesse sentido, a autora elucida que:

o conceito de ciência precisa ser construído à luz dos processos ontológicos e históricos de apropriação da natureza pelo ser humano, sua sistematização e sua classificação como conhecimentos socialmente reconhecidos como válidos em determinado espaço e tempo histórico (Ramos, 2014, p. 85).

Essa perspectiva ressalta a natureza social e histórica da ciência,

intrinsecamente ligada à interação humana com o ambiente e à evolução das formas de organização do trabalho e do conhecimento. A ciência deve considerar a totalidade do ser humano e a vasta acumulação de conhecimentos historicamente transmitidos, que são continuamente questionados e superados por sucessivas gerações. Conforme Ramos (2014), essa dinâmica se manifesta porque

a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. (Ramos, 2014, p.89).

Tal perspectiva sublinha que a ciência não é um corpo estático de verdades absolutas, mas sim um processo contínuo e dialético de construção de conhecimento, intrinsecamente ligado à capacidade humana de questionamento e inovação.

É nesse contexto que se torna pertinente abordar a relação entre a ciência e a tecnologia. Para Ramos (2014), a Revolução Industrial foi o catalisador que transformou a ciência em uma força produtiva. A conexão entre ciência e tecnologia manifesta-se, portanto, a partir de dois aspectos cruciais. O primeiro é o desenvolvimento inerente à própria Revolução Industrial. O segundo aspecto, conforme elucida Ramos (2014), é que:

esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência moderna, podemos definir a técnica e a tecnologia, então, como mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (Ramos, 2014, p.89).

Essa perspectiva ressalta a natureza intrínseca da tecnologia como uma extensão das capacidades humanas, atuando como elo entre o saber científico e a prática transformadora da realidade. Além de suprir as necessidades humanas existentes, a ciência e a tecnologia também têm a capacidade de gerar novas demandas que anteriormente não se manifestavam. Nesse contexto, o acesso à tecnologia é relevante, porém, mais crucial é a habilidade de utilizá-la para a busca e seleção de informações. Tal competência capacita os indivíduos a solucionar problemas cotidianos, além de compreender e atuar na transformação de seu contexto.

Conforme a definição de Bastos (1988), a tecnologia abrange:

a capacidade de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços. Em outros termos, a tecnologia transcende a

dimensão puramente técnica, ao desenvolvimento experimental ou à pesquisa em laboratório; ela envolve dimensões de engenharia de produção, qualidade, gerência, marketing, assistência técnica, vendas, dentre outras, que a tornam um vetor fundamental de expressão da cultura das sociedades (Bastos 1988, p. 32).

Essa perspectiva ressalta que a tecnologia é um fenômeno multifacetado, intrinsecamente ligado à cultura e às diversas esferas da atividade humana, indo muito além de sua dimensão técnica.

O termo tecnologia deriva do grego “tekhne”, que se refere a técnica, arte ou ofício, combinado com o sufixo -logia, que significa estudo. Portanto, a tecnologia pode ser definida como um conjunto multifacetado de conhecimentos científicos, empíricos e intuitivos – uma amálgama de saberes – que possibilita a contínua reconstrução das maneiras de intervir no mundo e de compreendê-lo.

Ao considerar o trabalho, a ciência e a tecnologia, tanto em seus aspectos conceituais quanto problemáticos, é imperativo analisar a questão da totalidade, das múltiplas relações e, inclusive, dos aspectos teleológicos e das intenções subjacentes às decisões. As tecnologias que substituem a ação humana, particularmente em tarefas repetitivas, perigosas e insalubres, poderiam, a princípio, beneficiar os trabalhadores, ao reduzir o tempo de execução de suas atividades. Contudo, o cenário observado frequentemente revela, ao contrário, a desvalorização do trabalhador.

Assim, os avanços científicos podem ser benéficos ou prejudiciais, dependendo da perspectiva adotada. A tecnologia, quando concebida como ponto de partida para a melhoria da existência do indivíduo, apresenta-se como positiva. No entanto, do ponto de vista da intenção capitalista, que visa primordialmente o lucro e a extração da mais-valia, os progressos tecnológicos podem, paradoxalmente, tornar-se prejudiciais ao trabalhador.

Defendemos que os avanços tecnológicos deveriam servir como uma ponte para a emancipação da classe trabalhadora. Isso implica considerar a formação humana integral, o trabalho como princípio educativo e a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, "expressando uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos" (Ramos, 2014, p. 87). Essa abordagem é crucial para reorientar o desenvolvimento tecnológico em prol do bem-estar social e da plena realização humana.

Para uma compreensão aprofundada do significado de tornar o trabalho um princípio educativo da EPT, Ramos (2014, p. 90) afirma que “a concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos conteúdos e métodos.” Complementarmente, Ciavatta (2014) argumenta que o trabalho como princípio educativo se efetiva por meio de uma formação integrada:

No caso da formação integrada, a educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Ciavatta, 2014, p. 198)

Essas perspectivas enfatizam que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao integrar o trabalho como pilar educacional, busca superar dualismos e formar indivíduos capazes de atuar plenamente em suas dimensões profissional e cidadã.

Ao refletir sobre o conceito de homem omnilateral, torna-se imperativo almejar uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que integre a prática e a teoria, permitindo a compreensão da totalidade dos saberes. Essa perspectiva é o que Saviani (2016) descreve como “politecnicidade”: um conceito que não deve ser confundido com a mera aquisição de múltiplas técnicas. Trata-se, em vez disso, de uma educação que articule o desenvolvimento histórico da sociedade, visando a formação do trabalhador em prol da transformação social.

A educação omnilateral, ou formação humana integral, representa o ideal de um ser humano plenamente desenvolvido e busca findar a dicotomia que fragmenta o indivíduo. Nesse sentido, Manacorda (2007, p. 77) afirma que “a omnilateralidade é considerada objetivamente como o fim da educação”, indicando sua finalidade última.

Uma educação integral, que visa potencializar em todos os indivíduos a capacidade de pensar criticamente e de produzir sua própria existência, deve, necessariamente, conceber o trabalho como um princípio educativo. Nesse sentido, Ramos (2014) afirma que:

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode

transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. (Ramos, 2014, p.90).

Essa perspectiva reitera que o trabalho, em sua dimensão mais profunda, transcende a mera atividade produtiva. Ele se estabelece como a mediação primordial entre o ser humano e a realidade, capacitando-o a não apenas compreender o mundo, mas a atuar sobre ele de forma consciente e transformadora. Ao integrar o trabalho como pilar central, a educação assume um compromisso com a emancipação humana, formando indivíduos capazes de construir sua própria história e de intervir ativamente na sociedade.

### **2.3 Um breve diálogo com Paulo Freire, Proudhon, Gramsci e Marx**

O conceito do trabalho como princípio educativo possui múltiplas abordagens, sendo reconhecido por autores como Tumolo (1996) e Manacorda (2007). Ambos convergem na compreensão de que a educação pode ser concebida e estruturada tendo o trabalho como elemento central e norteador das práticas pedagógicas. Este tópico se propõe a estabelecer um diálogo com as perspectivas de pensadores como Paulo Freire, Proudhon, Gramsci e Marx, a fim de aprofundar a análise sobre a relevância do trabalho na formação humana e na organização curricular.

Paulo Freire aborda a intrínseca relação entre trabalho e educação, delineando caminhos para uma prática educativa que vise à emancipação humana e à formação para o mundo do trabalho. Freire (2002) frequentemente se refere à prática pedagógica como trabalho, exemplificando ao afirmar que "o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo" (Freire, 2002, p. 26). Para ele, a educação, em conjunto com o trabalho, constitui uma forma de intervenção no mundo.

Nessa concepção, a educação deve capacitar os envolvidos a desenvolverem uma compreensão crítica da realidade, possibilitando uma transformação. Freire (2002) destaca que:

O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana. (Freire, 2002, p.39)

Essa passagem ressalta a centralidade da práxis no processo educativo, elucidando que a formação da cidadania transcende a mera aquisição de

competências técnicas. Pelo contrário, ela se estende à atuação política voltada para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Freire (1997, 2002), em sua obra, consistentemente nos faz perceber que a educação constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento do protagonismo, do conhecimento e da transformação da realidade dos educandos.

Pierre-Joseph Proudhon, pensador do período pós-Revolução Francesa em Paris, também estabeleceu uma importante relação entre trabalho e educação. Conforme Guimarães (2014), Proudhon defendia que o propósito da educação deveria ser: “que o indivíduo alcance a autonomia intelectual, moral e profissional, atuando na sociedade em busca de sua liberdade e da liberdade dos outros” (Guimarães, 2014, p. 7).

Proudhon, um defensor da educação democrática, criticava veementemente a dualidade entre escolas para ricos e escolas para pobres. Em suas palavras:

Nossas escolas, quando elas não são estabelecimentos de luxo ou de pretextos a sinecuras, são os seminários da aristocracia. As escolas Politécnica, Normal, de Saint-Cyr, de Direito etc. não foram fundadas para o povo; foi para manter, fortalecer, aumentar a distinção das classes, para consumir e tornar irrevogável a cisão entre a burguesia e o proletariado (Proudhon *apud* Guimarães, 2014, p.156)

Nesse trecho, percebe-se que Proudhon considerava as instituições de ensino destinadas ao proletariado como meros centros de formação de mão de obra, cujo objetivo era a perpetuação do sistema hegemônico vigente.

É fundamental mencionar a contribuição de Antonio Gramsci e sua proposta de escola unitária. Tal concepção educacional fundamenta-se na busca pela emancipação humana e pela aquisição de maturidade intelectual, visando a uma formação que transcenda a mera instrução técnica ou a estratificação social.

Dore (2014) afirma que os estudos de Gramsci sobre o trabalho encontram sua fundamentação em Marx, que compreende o trabalho como o meio pelo qual o homem transforma a natureza e a si mesmo. Para Dore (2014), a análise de Gramsci acerca da formação do homem coletivo estabelece uma relação análoga àquela expressa por Marx em sua 3ª Tese sobre Feuerbach, "segundo a qual os vínculos recíprocos de modificação entre educador e educando só podem ser entendidos como 'prática transformadora'" (Dore, 2014, p. 300). Essa perspectiva ressalta a importância da ação dialética na construção do conhecimento e na transformação social, onde tanto o sujeito que educa quanto o que é educado são

mutuamente modificados pela práxis.

Os debates de Gramsci concernentes ao princípio educativo estão alicerçados no conceito de trabalho, compreendido, de forma análoga a Marx e Engels, como elemento primordial na transformação da natureza e do próprio ser humano. Conforme Dore (2014, p. 298), "são muitos os momentos em seu trabalho do cárcere nos quais Gramsci pergunta o que é o homem e a natureza humana, retomando suas leituras de Marx sobre o tema." Dessa forma, depreende-se que, para Gramsci, a ação humana sobre a natureza, ao modificá-la, concomitantemente altera a essência do ser humano.

Gramsci (1978) propôs uma concepção de escola destinada aos trabalhadores, caracterizada como uma:

escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. (Gramsci, 1978, p. 106).

A escola unitária idealizada por Gramsci visava, primordialmente, capacitar cada cidadão a desenvolver as condições necessárias para se tornar um dirigente. Contudo, essa concepção, ao ser transposta para a realidade contemporânea, não tem demonstrado plena capacidade de promover a formação de lideranças oriundas da classe trabalhadora, o que, conseqüentemente, limita o alcance da almejada hegemonia.

Contrariando as expectativas, a própria União Soviética, apesar dos consideráveis esforços para o desenvolvimento da escola politécnica, não logrou êxito na concretização da formação humana nos moldes concebidos por Gramsci. De acordo com Dore (2014):

Ali, desde os Pioneiros do ativismo escolanovista até a atualidade, nunca houve a formação omnilateral do homem pela politécnia. E desse modelo politécnico estão ausentes o conceito de hegemonia e a formação de dirigentes, aspectos fundamentais do trabalho como princípio educativo que Gramsci apresenta para a escola unitária, inspirado na escola humanista como expressão pedagógica da reflexão de Marx sobre o trabalho (Dore, 2014, p. 311-312).

Essa análise de Dore sublinha as lacunas históricas na implementação de uma educação que integrasse plenamente o trabalho como princípio educativo, falhando em formar sujeitos omnilaterais e em desenvolver a hegemonia necessária à transformação social almejada por Gramsci.

O conceito de trabalho como princípio educativo, conforme desenvolvido por

Gramsci, evidencia a significância do trabalho nas práticas pedagógicas. Contudo, em um sistema que prioriza modelos educativos voltados exclusivamente para atender às demandas do mercado de trabalho, as relações laborais acabam por contribuir para a intensificação da segmentação das classes sociais.

Diante desse cenário, torna-se imperativo manter uma vigilância crítica e buscar compreender as motivações subjacentes às diversas concepções presentes no debate educacional. Essa compreensão é crucial para desvelar as intencionalidades que permeiam as propostas pedagógicas e suas potenciais implicações na reprodução ou transformação das estruturas sociais.

Roio (2015), fundamentando-se em Marx, elucida que o trabalho é o elemento central na constituição do homem como ser social. O autor adverte que o educador não pode conceber sua prática educativa como apolítica, considerando que, em uma sociedade capitalista, toda prática educacional está intrinsecamente vinculada à luta de classes. Dessa forma, o educador se depara com a opção de direcionar suas práticas educativas em favor de um dos polos da relação entre capital e trabalho, tendo em vista que:

A reprodução ideológica e a reprodução das ideias dominantes sofrem contestação, e o processo educativo se diversifica, faz parte da luta de classes. De todo modo, a educação tende a transmitir a concepção de mundo e de ciência da classe dominante como se fosse de valor universal. (Roio, 2015, p. 164)

Essa análise ressalta a natureza ideológica da educação e a necessidade de uma postura crítica por parte dos educadores, cientes de seu papel na dinâmica das relações de poder e na potencial contestação das ideias hegemônicas.

Roio (2015), ao apresentar a concepção de Marx, elucida que:

o homem emerge da natureza e como o intercurso entre o gênero humano e o ambiente natural é mediado pelo trabalho. O homem altera a natureza com o seu trabalho e cria bens de uso para a sua fruição (Roio, 2015, p. 161)

De acordo com Marx, na sua interação com a natureza, o ser humano não apenas a transforma, mas também modifica sua própria essência. Isso se evidencia em sua afirmação de que::

o engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, [...] [de modo que] [...] o objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetivamente, contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (Marx *apud* Roio, 2015,

p.161).

Essa perspectiva ressalta o trabalho como a atividade fundamental que não só molda o ambiente material, mas também constitui a subjetividade humana e a consciência de si, em um processo dialético de transformação mútua entre homem e natureza.

Na sociedade capitalista, contudo, o trabalho não se configura como uma atividade livre, mas sim como um mero meio de subsistência, convertendo-se unicamente em condição de existência. Conforme elucida Roio (2015):

o desenvolvimento da propriedade privada faz com que o produtor veja o produto do seu trabalho não como resultado de uma necessidade e de uma realização da generidade, mas algo que lhe é alheio e estranho. Essa relação, explicitada no capitalismo, permite que se perceba no proletariado o sujeito da emancipação humana. Isso porque é o proletariado industrial que mantém o intercuro com o mundo material, com a natureza, que a transforma na medida em que produz bens de uso transformados em mercadoria com o jugo do capital. (Roio, 2015, p.161).

Essa perspectiva ressalta a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu labor no sistema capitalista. Paradoxalmente, é nesse contexto de subordinação que o proletariado é identificado como o agente potencial da emancipação humana, devido à sua interação direta e transformadora com o mundo material e a produção de bens que, sob o domínio do capital, são convertidos em mercadorias.

Roio (2015) também aborda a indispensabilidade do comprometimento em massa como método para o desenvolvimento da consciência, ressaltando a urgência de uma transformação social. O autor destaca o papel crucial do educador diante dos imensos desafios impostos pela sociedade contemporânea, ao citar Marx e Engels:

A doutrina materialista [de Feuerbach] sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária (Marx; Engels *apud* Roio, 2015, p.162).

Essa passagem sublinha a natureza dialética da transformação social, na qual educadores e educandos se inserem em um processo mútuo de modificação. O trecho ressalta que a alteração das circunstâncias e a auto-modificação humana convergem em uma práxis revolucionária, desmistificando a ideia de uma instância

superior que paira sobre a sociedade e reafirmando o papel ativo dos indivíduos na construção de sua própria realidade.

Marx defende uma conduta ativa de intervenção na realidade, por meio de práticas educativas que busquem modificar o cenário em que vivemos, permitindo que essa transformação se reflita em nossa própria modificação.

Considerando todas as contribuições de Paulo Freire, Proudhon, Gramsci e Marx aqui expostas, estes pensadores são considerados referenciais teóricos fundamentais para a presente pesquisa. Sua contribuição se soma às contribuições de pesquisadores educacionais brasileiros contemporâneos que vêm se dedicando à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, também abordados neste capítulo. A convergência desses autores ressalta a complexidade e a profundidade necessárias para uma compreensão emancipatória da EPT e seu potencial transformador.

#### **2.4 A arte como princípio educativo na EPT**

Vimos que o conceito de trabalho como princípio educativo tem sido um tema central de reflexão para diversos autores, notadamente Marx, que o define como qualquer ação humana que transforma a natureza, implicando uma mútua transformação entre o homem e o ambiente. Partindo dessa premissa, esta seção propõe tratarmos a arte como uma forma de trabalho, capaz de transformar tanto o artista quanto a sociedade, e, conseqüentemente, uma poderosa ferramenta para a transformação e inclusão social.

Conforme Fisher (1983), a inseparabilidade entre a arte e a condição humana é evidente:

A arte é quase tão antiga quanto o homem. É uma forma de trabalho, e o trabalho é uma atividade característica do homem. [...] O homem se apodera da natureza transformando-a. O trabalho é a transformação da natureza. O homem também sonha com um trabalho mágico que transforme a natureza, sonha com a capacidade de mudar os objetos e dar-lhes nova forma por meios mágicos. Trata-se de um equivalente na imaginação àquilo que o trabalho significa na realidade. O homem é, por princípio, um mágico. (Fisher, 1983, p.21).

Essa citação destaca a dimensão intrínseca da arte ao trabalho humano, revelando seu potencial de manifestação imaginativa e transformadora da realidade. Assim, a arte, inserida no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pode atuar como um catalisador para o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas e emancipatórias.

Para Ostrower (2001), a arte é um trabalho que se desdobra em etapas sequenciais: sentir, mentalizar, projetar e produzir. Originária da necessidade humana, a arte valoriza o indivíduo e o impulsiona ao desenvolvimento de uma consciência crítica. A apreciação da vida, nesse sentido, materializa-se por meio do processo de conscientização e da influência da visão cultural.

Ostrower (2001, p. 31) detalha a intrínseca relação entre trabalho, criatividade e humanidade:

O homem elabora seu potencial criador através do trabalho. É uma experiência vital. Nela o homem encontra sua humanidade ao realizar tarefas essenciais à vida humana e essencialmente humanas. A criação se desdobra no trabalho porquanto este traz em si a necessidade que gera as possíveis soluções criativas. Nem na arte existiria criatividade se não pudéssemos encarar o fazer artístico como trabalho, como um fazer intencional produtivo e necessário que amplia em nós a capacidade de viver. Retirando à arte o caráter de trabalho, ela é reduzida a algo de supérfluo, enfeite talvez, porém prescindível à existência humana. (Ostrower, 2001, p.31)

A autora enfatiza o trabalho como fonte de sentido para a vida, destacando particularmente o processo criativo. Ostrower sugere que o acesso à educação e ao trabalho pode conduzir os indivíduos à realização pessoal e à produção criativa, conferindo à arte um papel fundamental na experiência humana.

Diante do exposto, é possível afirmar que a arte possui um poder humanizador, aspecto corroborado por Soares (2007), que argumenta:

A arte humaniza, e se ela humaniza, precisamos mais do que nunca, da sua utilização no meio educacional e mais ainda na sociedade de modo geral. Pois se temos consciência de que a educação é a base estrutural, juntamente com a família, de uma sociedade plena, também temos consciência de que precisamos, cada dia mais, de pessoas comprometidas com o tema da humanização dos indivíduos. Humanizar no sentido completo e pleno da palavra. Mais do que oferecer aos indivíduos condições de vivência, de sobrevivência, dar a eles a oportunidade de serem quem realmente são, com toda a sua individualidade e peculiaridades. (Soares, 2007, p.1).

Essa citação de Soares enfatiza a contribuição essencial da arte para a formação integral do indivíduo, transcendendo a mera instrução técnica. A arte, ao ser incorporada aos processos educacionais e sociais, atua como um vetor para o desenvolvimento da plenitude humana, respeitando a individualidade e as peculiaridades de cada sujeito.

Embora a condição humana seja uma característica inata, a socialização e a compreensão do mundo circundante são processos que demandam uma educação deliberada, ou seja, uma humanização. Nesse contexto, a arte desempenha um

papel social intrínseco e fundamentalmente humanizador. Ela capacita o indivíduo a desenvolver a sensibilidade e a estabelecer conexões profundas com o outro e com o ambiente que o cerca. A arte, em suas múltiplas manifestações, atua como um veículo de expressão das complexas relações do ser humano com o mundo, revelando, assim, a própria História da Humanidade.

Fisher (1983) postula que a arte espelha a realidade, porém não de maneira passiva; ela a reflete por meio da imaginação criadora do artista. O autor enfatiza que a arte, embora seja um reflexo do real, não o faz de modo automático ou neutro. Pelo contrário, o artista, com sua subjetividade, interpreta e recria a realidade, conferindo-lhe novos significados. Fisher (1983) complementa essa ideia afirmando que a arte não se limita a refletir a realidade, mas também a transforma:

No mundo alienado em que vivemos, a realidade social precisa ser mostrada no seu mecanismo de aprisionamento, posta sob uma luz que devasse a “alienação” do tema e dos personagens. A obra de arte deve apoderar-se da plateia não através da identificação passiva, mas através de um apelo à razão que requeira ação e decisão. As normas que fixam as relações entre os homens não de ser tratadas no drama como “temporárias e imperfeitas”, de maneira que o espectador seja levado a algo mais produtivo do que a mera observação, seja levado a pensar no curso da peça e incitado a formular um julgamento, afinal, quanto ao que viu: “Não era assim que devia ser. É estranho, quase inacreditável. Precisa deixar de ser assim”. Desse modo, o espectador — no caso, um homem ou uma mulher que vivem do trabalho — virá ao teatro para ... divertir-se assistindo às suas próprias atribuições, às durezas do trabalho de que depende a sua subsistência, bem como para sofrer os impactos das suas incessantes transformações. Aqui, ele poderá produzir-se a si mesmo da maneira mais fácil, pois o modo mais fácil de existência, é exatamente a arte (Fisher, 1983, p.15)

Este excerto capta a essência do pensamento de Fisher (1983) sobre o papel da arte. Ele defendia que a arte não se restringe a espelhar o mundo, mas possui a capacidade de moldá-lo e de influenciar a percepção que temos dele. A arte, para Fisher, é uma força ativa que atua sobre a realidade, desafiando-a, questionando-a e abrindo novas perspectivas para a compreensão e a transformação social.

Com o advento do trabalho e o conseqüente desenvolvimento das habilidades técnicas, os seres humanos transcenderam a condição primitiva, criando ferramentas e utensílios que lhes permitiram abandonar as cavernas em favor da construção de moradias. O domínio do fogo e a organização do trabalho em grupo foram fatores cruciais para a superação do medo dos animais selvagens, o que, por sua vez, possibilitou o florescimento de sistemas de crenças e a consolidação da vida em sociedade. Esse processo multifacetado de humanização

culminou no surgimento das grandes civilizações.

Constatamos que o ser humano se molda e evolui continuamente, tornando-se o resultado de sua própria trajetória histórica, desde as origens mais remotas até a contemporaneidade. A distinção fundamental entre o ser humano e o animal reside na capacidade de aprendizado e nas complexas interações sociais, elementos que intrinsecamente valorizam o ser humano por meio de seu trabalho. Diante dessa contínua transformação, questionamos como a arte pode efetivamente contribuir para a humanização na contemporaneidade. Nesse sentido, Fisher (1983, p. 17) defende que:

toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular. Mas, ao mesmo tempo, a arte supera essa limitação e, de dentro do momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento (Fisher, 1983, p.17).

Essa perspectiva sublinha a dualidade da arte: enquanto expressa as contingências de sua época, ela também transcende tais limitações, estabelecendo um elo com a essência humana que perdura no tempo e impulsiona o desenvolvimento contínuo da humanidade.

A arte detém um significativo potencial para fomentar a inclusão social e econômica, ao proporcionar oportunidades de geração de renda e afastar indivíduos de situações de marginalidade. Por intermédio da produção e comercialização artística, o ser humano pode inserir-se no contexto econômico e social, empregando os rendimentos obtidos para aprimorar suas condições de vida.

A prática da reciclagem, por exemplo, exemplifica a sensibilidade artística humana em resposta aos desafios socioambientais contemporâneos. A transformação de materiais descartados em obras de arte com valor comercial beneficia duplamente: o artista, pela geração de renda, e o meio ambiente, pela redução do volume de resíduos e pelo incentivo à sustentabilidade. Esse processo não só demonstra a capacidade da arte de ressignificar o que é descartado, mas também sua efetividade como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A arte, em sua essência, promove a humanização ao catalisar o encontro entre os indivíduos, revelando a cada um a importância intrínseca do outro no mundo. O contato com distintas manifestações culturais, por sua vez, fomenta o

aprendizado e o respeito à diversidade inerente à sociedade. Conforme Fisher (1983), a relevância da arte nesse processo é inquestionável: “A arte é necessária para que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo.”

Essa perspectiva ressalta o papel fundamental da arte não apenas como um espelho da realidade, mas como um agente ativo na construção do conhecimento e na transformação social, capacitando o indivíduo a intervir de forma consciente em seu entorno.

Em suma, a arte, em sua natureza multifacetada e abrangente, transcende a mera função estética para se revelar como um poderoso princípio educativo. Ao estimular a criatividade, a sensibilidade, o pensamento crítico e a expressão individual, a arte capacita o indivíduo a construir um conhecimento mais profundo sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre suas relações interpessoais. Nesse sentido, Fisher (1983, p. 20) argumenta que: “a menos que ela queira ser infiel à sua função social, a arte precisa mostrar o mundo como passível de ser mudado. E ajudar a mudá-lo.”

Essa perspectiva é corroborada pela compreensão de que a arte, de forma análoga à linguagem e à ciência, serve como um repositório e catalisador da experiência humana. Conforme Fisher (1983) detalha:

Por isso, assim como a linguagem representa em cada indivíduo a acumulação de milênios de experiência coletiva, assim como a ciência equipa cada indivíduo com o conhecimento adquirido pelo conjunto da humanidade, da mesma forma a função permanente da arte é recriar para a experiência de cada indivíduo a plenitude daquilo que ele não é, isto é, a experiência da humanidade em geral. A magia da arte está em que, nesse processo de recriação, ela mostra a realidade como passível de ser transformada, dominada e tornada brinquedo. (Fisher, 1983, p.252).

A arte, portanto, não apenas reflete a realidade, mas, de maneira mágica, a apresenta como maleável e suscetível à intervenção humana, incentivando a ação transformadora e a apropriação lúdica do mundo.

Nesse sentido, a arte configura-se como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos, engajados e transformadores. Através da fruição, da produção e da reflexão sobre suas diversas manifestações, o ser humano desenvolve habilidades cognitivas, emocionais e sociais que o auxiliam a trilhar um caminho de autoconhecimento, desenvolvimento integral e participação ativa na sociedade.

Portanto, investir na arte como princípio educativo dentro da Educação

Profissional e Tecnológica (EPT) é, fundamentalmente, investir na construção de um futuro mais humano, criativo, sensível e justo para todos. Ela transcende a mera disciplina curricular, estabelecendo-se como um eixo vital para a emancipação e a plena realização das potencialidades humanas.

## **2.5 Marcos oficiais da EPT no Brasil**

Para finalizar a apresentação dos referenciais teóricos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esta seção abordará alguns marcos oficiais que moldaram sua trajetória no Brasil, complementando as considerações teóricas discutidas anteriormente. A análise desses marcos normativos e legais é fundamental para compreendermos a institucionalização e as diretrizes que regem a EPT no país.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil constitui um modelo educacional formalmente previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Seu objetivo primordial é a formação integral do indivíduo, capacitando o cidadão para sua inserção e atuação tanto no mundo do trabalho quanto na vida em sociedade.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), em seu artigo 39, regulamentado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, estabelece que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação, bem como às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Essa integração se efetiva por meio de uma oferta diversificada de cursos e programas, que incluem: qualificação profissional, voltada para a capacitação rápida para o mundo do trabalho; educação profissional técnica de nível médio, oferecida de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio; educação profissional tecnológica de graduação, corresponde aos cursos superiores de tecnologia, e pós-graduação, abrangendo especializações, mestrados e doutorados em áreas tecnológicas. Essa estrutura legal visa assegurar uma formação abrangente e contextualizada, alinhada às demandas sociais e produtivas.

O relatório da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) de 2016 reitera a função estratégica da EPT no sistema educacional brasileiro, afirmando que:

A EPT integra-se à educação básica e à educação superior, visando

promover o desenvolvimento de jovens e trabalhadores contribuindo para o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Os currículos articulam as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, atendendo as demandas de qualificação profissional com cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. A educação profissional e tecnológica articula-se, também, com outras modalidades educacionais – a educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial e a educação a distância (EaD), para alcançar públicos com os mais distintos perfis. (Brasil, 2016).

Esta citação enfatiza a natureza integrada e inclusiva da EPT, demonstrando seu papel crucial na formação integral de diversos perfis de estudantes, desde a qualificação inicial até o ensino superior, e sua capacidade de adaptação a diferentes modalidades educacionais para atender a um público amplo e heterogêneo.

A Figura 1 ilustra a organização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Sistema Educacional Brasileiro, demonstrando sua abrangência desde a Qualificação Profissional no Ensino Fundamental, passando pelo Ensino Médio e alcançando os Cursos Superiores de Graduação e Pós-graduação (como Mestrado e Doutorado Profissional).

**Figura 1 – Organização da EPT no Brasil**



Fonte: SETEC/MEC (2016)

Ainda de acordo com a SETEC/MEC (2016), a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil pode ocorrer em todas as esferas administrativas do sistema de ensino, incluindo os níveis federal, estadual, distrital e

municipal.

De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2021, essa modalidade educacional deve configurar-se como um itinerário formativo contínuo de aprendizagem ao longo da vida. O Art. 2º da referida resolução explicita:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes. (Brasil, 2021)

Esta prerrogativa ressalta o caráter abrangente e integrador da EPT, posicionando-a como um pilar essencial para o desenvolvimento profissional e social em diferentes estágios da vida.

O Observatório da EPT define a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como “uma modalidade educacional que visa à formação integral do aluno e tem como foco principal preparar o estudante para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade” ([observatorioept.org.br/](http://observatorioept.org.br/)). Este portal oferece uma linha do tempo detalhada que traça o histórico da Educação Profissional no Brasil, destacando seus principais marcos oficiais.

A cronologia apresentada pelo Observatório abrange desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, passando pela fundação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes), até a promulgação da Lei nº 14.645/2023. Esta legislação mais recente aborda a educação profissional e tecnológica, bem como a articulação do ensino técnico de nível médio com programas de aprendizagem profissional.

**Tabela 1 – Linha do tempo com marcos oficiais da Educação Profissional no Brasil**

1909	Escolas de aprendizes e artífices
1942	Criação do Senai
1946	Criação do Senac
1961	1ª Lei de Diretrizes Básicas da Educação
1971	EPT torna-se obrigatória
1982	EPT torna-se facultativa a cada escola
1988	A educação como preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho
1991	Criação do Senar
1996	Preparação do jovem para vida social, política e produtiva
1997	EPT torna-se distinta do Ensino Médio
1999	Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia

2004	EPT integrada ao Ensino Médio Regular
2008	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Ifs
2012	Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT
2017	EPT articulado ao Ensino Médio Regular
2018	Cursos Técnicos, Qualificações Profissionais e Aprendizagem
2020	4ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
2021	Definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais
2021	Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)
2021	Nova portaria do Programa de Aprendizagem Profissional
2023	Lei nº 14.645/2023

**Fonte:** observatorioept.org.br <Acesso em 09/12/2024>

A Lei nº 14.645/2023 instituiu a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Esta legislação promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo novas disposições sobre a EPT e a articulação entre o ensino técnico profissionalizante de nível médio e os programas de aprendizagem profissional.

A promulgação desta política representa a norma mais recente sobre a EPT no cenário educacional brasileiro. A implementação integral desta política possui um prazo de dois anos para sua efetivação; contudo, a análise detalhada de sua implantação transcende o escopo deste trabalho.

Em resumo, este capítulo abordou os principais referenciais teóricos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), alcançando, por fim, esta breve discussão sobre sua evolução histórica no Brasil, seus marcos oficiais no país e sua concepção como itinerário formativo contínuo. A compreensão da EPT como uma modalidade educacional que visa a formação integral do indivíduo e sua preparação para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade foi enfatizada, ancorando-se nos autores referidos e nas diretrizes nacionais e nas perspectivas apresentadas por entidades como o Observatório da EPT. A recente Lei nº 14.645/2023, que institui a Política Nacional de EPT, é aqui destacada apenas como um avanço significativo para a consolidação e o aprimoramento desta modalidade no Brasil, reforçando seu papel estratégico no desenvolvimento social e econômico.

No próximo capítulo, serão discutidos os fundamentos teóricos do design gráfico e das oficinas pedagógicas, com o objetivo de contextualizarmos e justificarmos as escolhas metodológicas que orientaram a investigação que deu origem à presente dissertação.

### **3 REFERENCIAIS TEORICOS SOBRE DESIGN GRÁFICO E OFICINAS PEFAGÓGICAS**

Este capítulo aprofundará as bases teóricas que sustentam a interface entre o design gráfico e as Oficinas Pedagógicas, discutindo suas características, benefícios e metodologias. Por fim, focaremos nas oficinas de design gráfico, detalhando como essa disciplina pode ser incorporada ao ambiente educacional para promover a criatividade, o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades relevantes para o mundo contemporâneo. A integração desses referenciais visa embasar a proposta de intervenção pedagógica que será apresentada neste trabalho.

#### **3.1 A arte como princípio educativo em oficinas pedagógicas**

A escolha de uma oficina pedagógica de design gráfico para apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) aos jovens fundamenta-se nas possibilidades da arte na formação integral do indivíduo. Autores como Fisher (1983), Pilotto (1987), Barbosa (1995), Ostrower (2001), Read (2001), Soares (2007), Silva (2009), e Ferraz e Fusari (2009) convergem ao reconhecer que a arte atua como um princípio educativo fundamental, manifestando-se de diversas maneiras na educação e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural.

Através da experiência artística, o indivíduo é capacitado a expressar-se, comunicar-se, compreender o mundo, transformar-se e, conseqüentemente, transformar a sociedade. Essa perspectiva corrobora a relevância da arte como um catalisador de aprendizagem e desenvolvimento, justificando sua incorporação em propostas pedagógicas.

Acreditamos também que a arte na educação pode ser um instrumento de transformação social, pois pode ajudar a desenvolver a percepção e a criatividade. Além disso, a arte pode ser uma forma de expressão pessoal, que permite aos indivíduos se reconhecerem e se sentirem parte da sociedade.

Ana Mae Barbosa, reconhecida como uma figura pioneira na área da arte-educação no Brasil, advoga veementemente pela relevância da arte na formação integral do indivíduo. Ela enfatiza o potencial da arte para o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, do senso crítico e da capacidade de expressão. Conforme Barbosa (2009) afirma:

O ensino da arte deve visar o desenvolvimento do potencial criador do aluno, sua capacidade de observar, analisar e interpretar a realidade e de se expressar por meio das diferentes linguagens artísticas. (Barbosa, 2009).

Essa citação sintetiza a perspectiva de Barbosa sobre a importância da arte na educação, ressaltando o estímulo à criatividade, ao senso crítico e à capacidade expressiva dos estudantes.

Erasmus Pilotto, educador defensor do movimento da Escola Nova, porém com uma proposta pedagógica que se diferenciava das orientações teóricas hegemônicas no movimento, apoiadas principalmente nas disciplinas científicas, acreditava que a educação deveria ser integral, voltada para o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e do senso crítico dos alunos e sustentava a criação, a liberdade, a sensibilidade, a individualidade e a espiritualidade como ideias-chave no processo educativo, bem como a arte como o meio privilegiado para alcançar essas dimensões existenciais, de maneira que o educador pudesse levar o educando a participar da grandeza do mundo. (Silva, 2009). A arte, segundo o Pilotto, é o princípio educativo que conduz à humanização do homem e afirma que a “mais potente força educadora do mundo já foi a arte e deve retornar a ser” (Pilotto *apud* Silva, 2009, p. 113).

Herbert Read (2001), renomado teórico da arte e educação, defendia a centralidade da arte como alicerce da formação educacional. Sua perspectiva enfatiza o papel primordial da experiência estética no desenvolvimento humano, como expresso na seguinte citação:

[...] uma educação estética é a única educação a trazer graça para o corpo e nobreza para a mente, e que devemos tomar a arte como base da educação porque ela consegue operar na infância, durante o sono da razão; e quando a razão surgir, a arte lhe terá preparado um caminho, e ela será saudada como uma amiga cujas características essenciais há muito são familiares. (Read, 2001 *apud* Silva, 2009, p.98).

Para Read, a educação estética transcende a mera aquisição de conhecimentos técnicos, atuando em um nível mais profundo e fundamental. Ele argumenta que a arte tem a capacidade única de moldar o indivíduo desde a infância, período em que a razão ainda não está plenamente desenvolvida. Nesse estágio inicial, a arte age como uma precursora, preparando o terreno para o florescimento da racionalidade. Ao familiarizar a criança com a harmonia, a beleza e a complexidade do mundo por meio da experiência artística, a arte constrói uma base intuitiva que, mais tarde, facilitará a compreensão e a assimilação do

conhecimento racional. Assim, a arte não é apenas um complemento, mas um elemento constitutivo e indispensável para o desenvolvimento integral do ser humano, cultivando não só a capacidade cognitiva, mas também a sensibilidade e a percepção do mundo.

Fusari e Ferraz(2009), defendem que a arte é um movimento educativo e cultural, se constituindo em um importante princípio educativo, que contribui para a formação integral do indivíduo, possibilitando o desenvolvimento de sua criatividade, sensibilidade e capacidade crítica. É através da arte e da cultura que os indivíduos se expressam, se entendem e deixam seu legado no mundo.

Em suma, a arte como princípio educativo emerge como um caminho potente e transformador na formação humana. Reconhecida como uma linguagem, uma forma de conhecimento e uma experiência vital, a arte contribui intrinsecamente para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Ao integrar a arte no processo educativo, valorizando a criatividade, a sensibilidade, o senso crítico e a expressão pessoal, pavimentamos o acesso para que cada indivíduo se conecte consigo mesmo, com o outro e com o mundo de maneira mais profunda e significativa. A arte, ao nos convidar a questionar, experimentar, sentir e construir novas realidades, impulsiona a transformação individual e social.

Assim, torna-se imperativo cultivar a arte como princípio educativo em todos os espaços de formação, visando ao pleno florescimento das potencialidades de cada indivíduo e à construção de um mundo mais estético e harmonioso.

Em síntese, o cenário delineado revela o potencial transformador da arte como princípio educativo, especialmente quando materializado em uma Oficina Pedagógica de Design Gráfico. Ao estabelecer uma conexão intrínseca entre arte e tecnologia, essa modalidade de oficina pode se configurar como uma porta de entrada promissora para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esse tipo de proposta pedagógica é capaz de despertar o interesse dos estudantes pela área, ao mesmo tempo em que complementa sua formação humana por meio da experiência estética e da aplicação de conhecimentos técnicos. O domínio de ferramentas e conceitos do design gráfico não apenas desenvolve habilidades profissionais, mas também capacita os alunos a comunicarem ideias de forma visualmente eficaz, a resolver problemas de maneira criativa e a trabalhar em equipe. Essas são competências transversais que se

mostram valiosas em qualquer trajetória futura.

Acreditamos que a oficina, ao promover a interdisciplinaridade entre arte, tecnologia e educação, pode atuar como um catalisador para o desenvolvimento de jovens protagonistas. Estes se tornarão conscientes de seu potencial transformador e estarão mais bem preparados para os desafios do século XXI. Nesse sentido, é fundamental cultivar a arte como princípio educativo em todos os espaços de formação, a fim de que cada indivíduo possa florescer em suas potencialidades.

### **3.2 Oficinas Pedagógicas**

As oficinas pedagógicas representam uma metodologia colaborativa que visa à construção coletiva do conhecimento em grupo. Conforme salienta Candau (1999), as oficinas pedagógicas constituem-se como estratégias formativas privilegiadas, atuando como:

[...] espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos. (Candau, 1999, p.11).

Essa perspectiva ressalta o caráter dinâmico e interativo das oficinas, que transcendem a mera transmissão de conteúdo, promovendo um ambiente de reflexão crítica e de troca de saberes entre os participantes.

Para Candau (1999, 2012, 2013), oficinas são espaços democráticos que promovem a troca de saberes entre educadores e alunos, horizontalizando as relações e incentivando a liberdade e a autoridade compartilhada. Isso ocorre por meio de atividades coletivas e individuais que permitem a exposição e a troca de conhecimentos entre os participantes.

Analisar a realidade, trocar experiências e confrontar ideias permite que o saber seja tanto resultado quanto caminho da aprendizagem. Esse processo desenvolve criatividade e pensamento crítico, articulando conhecimentos e competências para a vida.

Alinhados com a perspectiva de Candau (1999), nosso trabalho visa proporcionar aos participantes momentos de construção coletiva, articulando teoria e prática para a materialização de uma práxis. Esta abordagem está em conformidade com o pensamento de Reyes, para quem a Oficina Pedagógica

É concebida como uma realidade integradora, complexa e reflexiva, na qual a relação teoria-prática é a força motriz do processo pedagógico. Está orientada à promoção constante da comunicação com a realidade social e

para ser um grupo de trabalho altamente participativo no qual cada um é um membro a mais do grupo e dá sua contribuição específica. (Reyes *apud* Candau, 1999, p.11)

Essa concepção de oficina pedagógica reforça a importância da interação contínua entre o saber teórico e a experiência prática, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e participativo.

As oficinas pedagógicas são ferramentas valiosas para dinamizar o ensino-aprendizagem, sua praticidade, flexibilidade e capacidade de estimular a participação e a criatividade contribuem para um ambiente de aprendizagem mais rico e proveitoso. Além de oferecer condições para uma prática educativa flexível elas permitem a constituição de vínculos de amizade, respeito e solidariedade.

Nesse contexto, concebemos a oficina como um instrumento catalisador que possibilita a apropriação tanto da teoria quanto da prática, promovendo o trabalho como uma atividade intrinsecamente criadora e fundamental ao ser humano. Essa perspectiva se alinha com a compreensão de que a capacidade humana de trabalhar e interagir produtivamente com a natureza resulta em profundas transformações, conforme Pinto (1993) elucida:

o ser humano modifica a si mesmo (faz-se a si mesmo ser humano), cria objetos artificiais e estabelece relações com seus semelhantes em um plano historicamente (evolutivamente) novo: o plano social (Pinto, 1993, p.70).

Portanto, a oficina, ao integrar teoria e prática no desenvolvimento do trabalho criativo, não só aprimora habilidades, mas também contribui para a constituição do indivíduo em seu contexto social e histórico.

Em síntese, as oficinas pedagógicas consolidam-se como ferramentas essenciais na promoção de práticas inovadoras em sala de aula. Por meio da interação, da troca de experiências e da experimentação, essas oficinas proporcionam um ambiente de aprendizado rico, estimulando a criatividade, a colaboração e a reflexão crítica entre os participantes.

### **3.3 Oficinas de Design Gráfico**

O design gráfico pode ser conceituado como a disciplina que confere concretude à comunicação visual. Conforme Cardoso (2008), ele abrange a criação de uma vasta gama de materiais, como livros, revistas, cartazes, e outros elementos destinados a transmitir mensagens visuais ao público. Trata-se de uma área que

harmoniza criatividade e inovação na resolução de problemas de comunicação visual.

Para além da mera produção de peças gráficas, o design gráfico dedica-se à análise, organização e aplicação de métodos com o intuito de gerar soluções visuais eficazes, capazes de transmitir mensagens e informações de forma clara e impactante (Batista, 2008).

Em uma vertente mais específica, o design instrucional constitui uma área do design que integra os princípios de design às teorias de aprendizagem, com o objetivo de desenvolver experiências educacionais que sejam eficazes, engajadoras e significativas. Nesse sentido, Batista (2008) argumenta que o design instrucional:

[...] é identificado como uma metodologia educacional capaz de se valer da tecnologia para propor práticas e soluções para uma aprendizagem colaborativa, autônoma, que atenda às novas demandas da sociedade da informação e do conhecimento. (Batista, 2008, p.22).

Essa perspectiva ressalta o papel estratégico do design instrucional na adaptação dos processos de ensino-aprendizagem às exigências contemporâneas, utilizando a tecnologia como um facilitador para a construção do conhecimento em ambientes dinâmicos e colaborativos.

Para o Conselho Internacional de Associação de Design Gráfico - *International Council of Graphic Design Associations* (Icograda), o design gráfico é definido de forma abrangente:

uma atividade intelectual, técnica e criativa concernente não somente à produção de imagens, mas à análise, organização e métodos de apresentação de soluções visuais para problemas de comunicação. Informação e comunicação são as bases de um modo de vida global interdependente, seja na esfera dos negócios, cultural ou social (Icograda, 2001 Appud Batista, 2008, p.138).

Essa perspectiva ressalta que o design gráfico transcende a mera criação estética, posicionando-se como uma disciplina que integra análise, organização e metodologia para resolver desafios de comunicação visual. Sublinha-se, ainda, a função essencial do design na transmissão de informações em um contexto globalmente interdependente, abrangendo esferas econômicas, culturais e sociais.

O designer gráfico é o profissional responsável por desenvolver projetos de sistemas de informação visuais, que incluem a criação de elementos gráficos, tipográficos e iconográficos para comunicar informações de forma clara e eficaz, e deve ter entre, entre outras, as seguintes capacidades: ser criativa (capaz de

propor soluções inovadoras pelo domínio de técnicas e processos de criação); ter domínio da linguagem (deve ser capaz de expressar os conceitos e soluções de seus projetos, dominando as técnicas de expressão e reprodução visual através do emprego de diferentes mídias); precisa ter trânsito interdisciplinar (deve ser capaz de saber dialogar com especialistas de outras áreas de modo a utilizar conhecimentos diversos e atuar em equipes interdisciplinares na elaboração e execução de pesquisas e projetos), além de ter visão histórica e prospectiva, bem como consciência das implicações econômicas, sociais, antropológicas e éticas de sua atividade (Fenner, 2000).

Oficinas de design gráfico são espaços de aprendizado prático e colaborativo, onde os participantes exploram conceitos, técnicas e ferramentas do design. Para Moura (2018) a aplicação do design para a sociedade por meio de ações, mudanças, colaboração e no exercício político da cidadania é essencial para a educação e a formação do sujeito contemporâneo, principalmente nas áreas consideradas como criativas e inovadoras.

O design gráfico, com suas cores vibrantes, layouts inovadores e mensagens que saltam aos olhos, tem um poder inegável de atrair a atenção dos jovens. E por que não usar essa força para apresentar as possibilidades da educação profissional tecnológica? As oficinas de design gráfico podem ser ferramentas poderosas para conectar esses estudantes com um futuro promissor, repleto de oportunidades e inovação. As oficinas também podem servir como porta de entrada para o universo da tecnologia.

Ao final da oficina, os jovens não apenas terão desenvolvido habilidades criativas e técnicas, mas também terão uma melhor visão das possibilidades que a educação profissional tecnológica oferece. É o momento ideal para apresentar os cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia e as diversas áreas de atuação profissional que se abrem com essa formação.

As oficinas de design gráfico podem ser, portanto, uma ferramenta poderosa para aproximar os jovens e a Educação Profissional Tecnológica, mostrando que essa área vai muito além de códigos e fórmulas, podendo consistir em um caminho cheio de criatividade, inovação e oportunidades.

#### 4 UMA CONEXÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Este capítulo se propõe a uma análise aprofundada da interrelação intrínseca entre o direito fundamental à educação, a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Argumenta-se que tal interrelação constitui um vetor para o desenvolvimento de indivíduos críticos, autônomos e engajados.

Conforme postulado por Vera Candau (2012), a compreensão dos Direitos Humanos na contemporaneidade transcende as abordagens tradicionais, inaugurando uma nova perspectiva em sua concepção e aplicação. Nesse novo panorama, observa-se uma interconexão intrínseca e crescente entre a busca pela justiça social, pela superação das desigualdades socioeconômicas e pelo reconhecimento da pluralidade de grupos socioculturais. A autora elucida:

Neste sentido, a problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, se amplia. Cada vez mais se afirma a importância dos direitos coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. E, neste movimento, as questões relativas à diversidade vêm adquirindo cada vez maior relevância. (Candau, 2012, p.718).

Essa ampliação da concepção de Direitos Humanos para englobar dimensões coletivas e a diversidade sociocultural é crucial para uma abordagem mais abrangente e equitativa no cenário atual.

Essa reorientação implica que a efetivação dos direitos humanos não se restringe mais à garantia de liberdades individuais focados nos direitos civis e políticos, mas abarca também a promoção de condições materiais e simbólicas que permitam a todos os indivíduos e grupos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. A articulação entre esses pilares – justiça, equidade socioeconômica e reconhecimento da diversidade – torna-se, portanto, um elemento central para a construção de sociedades mais inclusivas e justas, onde a dignidade de cada ser humano é valorizada e protegida de forma integral. Essa perspectiva mais abrangente exige a promoção de “processos educativos capazes de formar sujeitos de direito, considerando suas especificidades, e de fortalecer processos democráticos, em que redistribuição e reconhecimento se articulem” (Candau, 2012, p.715).

A base para essa compreensão expandida dos Direitos Humanos encontra seu alicerce na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um marco

normativo proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O Artigo 1º da DUDH estabelece um princípio basilar e universalmente reconhecido: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns com os outros com espírito de fraternidade". Este preceito não apenas assegura a liberdade e igualdade intrínsecas a todo indivíduo, mas também enfatiza a responsabilidade mútua e a necessidade de uma conduta permeada pela solidariedade.

De forma ainda mais específica para o campo educacional, a DUDH, em seu Artigo 26, reforça a relevância do direito à educação como um instrumento fundamental para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A educação, nesse contexto, não se restringe à mera transmissão de conhecimentos, mas se configura como um processo que visa a formação de pessoas conscientes, críticas e capazes de promover uma sociedade mais justa e equitativa, em consonância com os ideais de dignidade e fraternidade preconizados no Artigo 1º. A interseção desses dois artigos da DUDH oferece uma diretriz robusta para a integração dos Direitos Humanos no currículo e nas práticas pedagógicas, inclusive na Educação Profissional e Tecnológica.

#### **4.1 A Educação Profissional e Tecnológica e os Direitos Humanos**

No Brasil, como discutimos em capítulo anterior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece o arcabouço normativo para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Artigo 39 da LDB preconiza que "a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da inovação". Essa disposição delinea a fundamentação da EPT em uma convergência de direitos essenciais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Ambos são concebidos sob a ótica da prioridade absoluta na articulação com os direitos constitucionais.

Essa intersecção é evidenciada no Artigo 1º, §2º, da LDB, que afirma que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". Essa diretriz implica que o processo educacional não deve se restringir ao âmbito teórico,

mas sim estabelecer uma conexão intrínseca com as demandas e realidades do mundo do trabalho e da sociedade em geral. Assim, a LDB estabelece uma diretriz clara para a estruturação da EPT como um meio de qualificação profissional e de desenvolvimento humano integral.

Essa prioridade não se limita à mera justaposição desses direitos, mas implica uma interseção dinâmica onde a educação é compreendida como um instrumento de capacitação para o mundo do trabalho, e o trabalho, por sua vez, é visto como um espaço de desenvolvimento humano e de exercício da cidadania. A LDB, ao vincular a EPT a esses direitos fundamentais, preconiza uma formação que transcende a aquisição de competências técnicas, englobando também a formação ética, crítica e socialmente responsável dos indivíduos. Essa abordagem integrada busca garantir que os egressos da EPT estejam aptos não apenas a ingressar e progredir no mundo do trabalho, mas também a atuar como agentes de transformação social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades, em plena conformidade com os preceitos da Constituição Federal.

Conforme destacado por Saviani (1986), a categoria trabalho assume uma centralidade incontestável na estrutura educacional. O autor argumenta que o trabalho não deve ser compreendido meramente como uma atividade econômica ou uma ocupação, mas sim como o princípio educativo fundamental. Saviani (1986) elucida:

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986, p.14).

Essa perspectiva ressalta que a educação, ao se fundamentar no trabalho, reconhece a práxis humana como elemento central para a constituição da própria existência e da organização social.

Para Saviani, o trabalho é a atividade humana que transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma o próprio ser humano. Nesse sentido, a educação, ao se vincular intrinsecamente ao trabalho, transcende a mera transmissão de conteúdo para se tornar um processo que forma o indivíduo de maneira integral, capacitando-

o não apenas para a produção material, mas também para a produção e reprodução da existência social e cultural. A centralidade do trabalho na educação implica que as práticas pedagógicas devem estar dialeticamente articuladas com as relações sociais de produção, permitindo que os sujeitos compreendam a realidade em que vivem, a transformem e, assim, se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Isso significa que a educação deve preparar o indivíduo para a participação plena na vida social, política e econômica, superando a dicotomia entre trabalho manual e intelectual e valorizando todas as formas de trabalho como manifestações da capacidade humana de criar e transformar.

Nesse cenário de reconfiguração paradigmática da educação e do trabalho, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) emerge como um instrumento de relevância estratégica. Este plano normativo postula a inseparabilidade intrínseca entre a educação e os direitos humanos, elevando-os à condição de princípios basilares para a formação social. Segundo o PNEDH:

[...] a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. (BRASIL, 2018)

Essa perspectiva do PNEDH sublinha a função multifacetada da educação como um direito fundamental e um vetor para a garantia de outros direitos, promovendo um desenvolvimento humano integral e uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dentro da estrutura do PNEDH, a educação é concebida não apenas como um direito humano fundamental, mas também como o vetor essencial para a emancipação plena dos indivíduos. Essa emancipação abrange dimensões cidadã, ética e política, capacitando os sujeitos a exercerem sua autonomia e a participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A interligação entre educação e direitos humanos no PNEDH reforça a ideia de que a formação educacional deve ir além da mera aquisição de conhecimentos técnicos, fomentando a consciência crítica, o respeito à dignidade humana, a valorização da diversidade e a responsabilidade social. Assim, o PNEDH subsidia a implementação de práticas pedagógicas que visam à formação de indivíduos engajados na defesa e

promoção dos direitos humanos em todos os âmbitos da vida social, consolidando a educação como um pilar central para a efetivação de uma cidadania plena e transformadora.

Essa perspectiva da inseparabilidade entre educação e Direitos Humanos é robustamente corroborada pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação. Este documento normativo, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEHD), orienta que a Educação em Direitos Humanos (EDH) "deverá ser desenvolvida de forma transversal, interdependente e interdisciplinar, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, tanto formal quanto não formal" (BRASIL, 2012).

A principal finalidade dessa orientação é a formação de sujeitos de direitos, indivíduos conscientes de suas prerrogativas e deveres, e o desenvolvimento de uma cultura de respeito à dignidade humana. Isso implica que a EDH não se restringe à mera transmissão de informações sobre direitos, mas busca a internalização de valores e a promoção de atitudes que fomentem a convivência pacífica e o reconhecimento da alteridade. A Resolução ainda enfatiza a importância da EDH para a promoção da justiça social, da igualdade e da solidariedade, elementos que são considerados indispensáveis para a construção e o fortalecimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. Em suma, as DNEHD posicionam a EDH como um pilar estratégico para a consolidação de uma cidadania ativa e participativa, apta a questionar desigualdades e a pugnar por um ambiente social mais equitativo e inclusivo.

Diante do exposto, depreende-se que a Educação Profissional Tecnológica (EPT) assume uma função crucial na promoção e salvaguarda dos Direitos Humanos. Em um diálogo intrínseco com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Educação em Direitos Humanos (EDH) revela-se um instrumento de elevado poder transformador, capaz de catalisar a criticidade, a conscientização e a autonomia dos indivíduos.

A partir da integração da EDH, a formação profissional transcende a mera capacitação técnica, orientando-se para a emancipação dos trabalhadores. Ao empoderar os profissionais com uma compreensão aprofundada de seus direitos e responsabilidades, e ao fomentar uma postura ética e engajada, a EPT, junto à EDH, promove o avanço tecnológico com a dignidade da pessoa humana e a responsabilidade social.

## 4.2 A Indissociável Conexão entre EDH e EPT

Para aprofundarmos a compreensão do conceito de Direitos Humanos e sua conexão com o mundo do trabalho, tendo como referência a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e para analisarmos como a presença da EDH na EPT pode contribuir para garantir uma formação integral para além do caráter meramente técnico, com atenção ao papel do ensino técnico e tecnológico na garantia dos Direitos Humanos, nos valeremos dos trabalhos de Candau (2012), Galvão; Machado (2021) e Starck;Silva (2023)<sup>1</sup>.

Candau (2012) explica que o contexto contemporâneo revela uma crescente sensibilidade social, ética, política e cultural em relação aos Direitos Humanos. A autora destaca a ideia de que a mera expansão do arcabouço jurídico é insuficiente. A consolidação de uma cultura de direitos humanos na sociedade depende da internalização desses direitos no imaginário social e nas mentalidades individual e coletiva, de forma sistemática e consistente, sendo os processos educacionais um elemento crucial nesse processo.

Para nós, a existência de uma conexão consistente entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação em Direitos Humanos (EDH) é evidente e fundamental. Starck e Da Silva (2023) corroboram essa perspectiva, ao afirmarem que:

O sentido da EPT vem se transformando ao longo dos anos, deslocando-se da ideia de que basta somente o desenvolvimento do caráter técnico, mas, também, a construção do sujeito crítico, com capacidade de entender e modificar a sociedade, perpassando a necessidade de discussão sobre direitos humanos. (Starck; Da Silva, 2023, p.71).

Essa citação destaca a evolução da EPT de um modelo puramente tecnicista para uma abordagem que prioriza a formação integral do indivíduo. A simples aquisição de habilidades técnicas já não é suficiente; a complexidade do mundo contemporâneo exige que os profissionais sejam também cidadãos críticos, capazes de compreender as dinâmicas sociais e de atuar proativamente na transformação da realidade.

---

<sup>1</sup> Neste sentido, já temos discutido, em trabalho apresentado em co-autoria no IV SIMEPT, a contribuição de tais autores (Cf. Oreiro *et al*, 2024), a partir das reflexões originadas no GEDHEPT/LAEDH-CPII, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação em Direitos Humanos no Ensino Profissional e Tecnológico vinculado no DGP/CNPq, ao Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II, em que temos atuado na condição de pesquisadores, desde meados do ingresso no Mestrado em EPT do PROFEPT/CPII.

Nesse sentido, a discussão e a internalização dos direitos humanos tornam-se elementos intrínsecos e indispensáveis ao currículo da EPT. Ao integrar a EDH, a EPT transcende a mera capacitação para o mercado de trabalho, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, engajados na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Essa intersecção garante que a educação profissional não apenas prepare para o "fazer", mas também para o "ser" e "agir" de forma responsável e cidadã.

Adicionalmente, entendemos que uma Educação Profissional Tecnológica alinhada com a Educação em Direitos Humanos facilita o desenvolvimento da autonomia e cidadania em uma prática educativa. Nesse sentido, Starck e Silva (2023) argumentam que:

trabalhar com os Direitos Humanos na educação profissional e tecnológica é essencial para a construção do sujeito capaz de entender a sociedade que o cerca e as formas de modificação da realidade. (Starck; Silva, 2023, p.73).

Essa perspectiva reforça que a integração dos direitos humanos na EPT é crucial para formar indivíduos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e aptos a atuar na transformação da realidade.

Uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que se conecta intrinsecamente com a Educação em Direitos Humanos (EDH) possui um potencial amplificado para possibilitar transformações sociais e para concretizar a igualdade de oportunidades para seus egressos. Galvão e Machado (2021) corroboram essa perspectiva ao salientar que:

O direito ao trabalho digno e as negações a esse direito pelas mais variadas razões devem ser temas presentes nos cursos da EPT. Isso significa tratar de temas relacionados aos direitos humanos tanto nas disciplinas técnicas como nas disciplinas gerais, fazendo com que a formação profissional esteja diretamente relacionada à ideia de dignidade que perpassa as relações humanas, dentro e fora do trabalho. (Galvão; Machado, 2021, p.99).

Essa abordagem enfatiza a necessidade de integrar as discussões sobre direitos humanos em todo o currículo da EPT, assegurando que a formação profissional esteja alinhada com os princípios de dignidade humana, tanto no ambiente de trabalho quanto na vida em sociedade.

A conexão entre a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é, portanto, fundamental para a formação integral, que promove não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também

a construção de valores como respeito, igualdade e justiça. A EDH, ao ser integrada à EPT, contribui para os alunos aprenderem sobre os Direitos Humanos fundamentais, como liberdade de expressão, igualdade, justiça e dignidade da pessoa humana, e como eles se aplicam no ambiente de trabalho e na sociedade em geral; para desenvolverem o senso crítico, estimulando a análise crítica das relações de trabalho, das desigualdades sociais e das diversas formas de violência, preparando os alunos, enfim, para questionarem e combaterem injustiças; promoverem a igualdade e o respeito, reforçando a importância da igualdade de oportunidades, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade no ambiente de trabalho e na sociedade e a atuarem de forma ética e responsável, incentivando a reflexão sobre as responsabilidades individuais e coletivas na construção de um ambiente de trabalho justo e socialmente responsável.

Em um cenário global de contínua transformação, impulsionado pelo surgimento incessante de novas tecnologias e desafios complexos, a Educação em Direitos Humanos (EDH) assume uma importância ímpar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao capacitar os futuros profissionais com uma compreensão aprofundada de seus direitos e responsabilidades, e ao fomentar uma postura crítica e engajada, a EDH desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente de trabalho equitativo e justo. Consequentemente, a EDH subsidia a edificação de um porvir laboral pautado pela dignidade humana e pela responsabilidade social.

#### **4.3 Desafios e Perspectivas para a EDH no Brasil**

Nas sociedades contemporâneas, a temática dos Direitos Humanos assume uma posição de centralidade inquestionável, embora seja intrinsecamente permeada por contradições. Observa-se que esses direitos são, de forma paradoxal, simultaneamente reafirmados em discursos e normativas, e violados em práticas cotidianas, configurando um campo de tensão constante. Apesar dessa dualidade, os direitos humanos persistem como o alicerce fundamental para a edificação de sociedades mais justas e democráticas.

Historicamente, a concepção dos Direitos Humanos emergiu no contexto da Modernidade Ocidental, com uma ênfase primordial na igualdade formal. Contudo, o cenário contemporâneo impõe o desafio premente de conciliar essa busca pela igualdade com o reconhecimento e a valorização da diversidade inerente às

sociedades plurais.

Candau (2012) elucida que, no Brasil, a partir da década de 1980, houve uma significativa reconfiguração na atuação de organizações e movimentos dedicados aos Direitos Humanos. Essa transformação se traduziu em uma ampliação do escopo de suas atividades, que passaram a abarcar não apenas a tradicional denúncia de violações e a proteção dos direitos civis e políticos, mas também um engajamento crescente com as questões relacionadas aos direitos sociais, econômicos e culturais. Essa abrangência se manifestou tanto na dimensão individual quanto na coletiva, indicando uma compreensão mais interdependente desses direitos. Nesse contexto de expansão e diversificação, as atividades de educação em direitos humanos (EDH) ganharam proeminência e destaque. A autora ressalta que:

Na última década, a Educação em Direitos Humanos vem se consolidando cada vez mais no Brasil, tanto no âmbito das políticas públicas como das organizações da sociedade civil, especialmente a partir do lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (primeira edição em 2003 e segunda em 2006), elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República. (Candau, 2012, p.723).

Essa observação de Candau (2012) sublinha a institucionalização e o fortalecimento da Educação em Direitos Humanos (EDH) no Brasil. Impulsionada tanto por políticas públicas, com marcos importantes como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, quanto pelo crescente engajamento da sociedade civil, essa consolidação demonstra o reconhecimento da educação como um vetor estratégico para a promoção e defesa dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Embora historicamente concebidos como campos inicialmente distintos, o direito à educação e a Educação em Direitos Humanos (EDH) evoluíram para uma compreensão intrinsecamente interligada. Atualmente, a EDH é reconhecida como um componente indissociável do próprio direito à educação e um elemento basilar para a garantia da qualidade educacional. Essa integração sinaliza uma convergência de propósitos, na qual ambos os campos se unem em prol de uma educação que seja verdadeiramente comprometida com a formação de indivíduos conscientes de seus direitos, com a consolidação da democracia, com a promoção da justiça social e com o reconhecimento e a valorização da diversidade humana.

Contudo, conforme ressalta Candau (2012), apesar de um progresso notável

na articulação teórica entre o direito à educação e a EDH, sua implementação prática ainda enfrenta desafios significativos. Tais obstáculos são evidentes no âmbito das políticas públicas, onde a transposição dos princípios para ações concretas muitas vezes encontra barreiras. Além disso, a formação de educadores emerge como um ponto crítico, necessitando de aprimoramento contínuo para capacitá-los a integrar efetivamente a EDH em suas práticas. As práticas pedagógicas em si também demandam revisões e inovações para incorporar os preceitos dos direitos humanos de forma transversal e significativa. A superação desses desafios é imperativa, pois o objetivo maior a ser alcançado reside na construção de uma cultura de Direitos Humanos que permeie todos os estratos da sociedade, consolidando uma cidadania plena e ativa.

Em um cenário contemporâneo caracterizado por sua natureza desafiadora e complexa, a incessante busca pelo reconhecimento e efetivação dos Direitos Humanos emerge como um farol de esperança. Essa busca é fundamental para a edificação de sociedades que aspiram à justiça social e à consolidação democrática. Nesse contexto, a integração da Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não é apenas desejável, mas representa um passo crucial e estratégico.

Tal integração visa formar profissionais que transcendam a mera capacitação técnica. A proposta é desenvolver indivíduos que sejam, concomitantemente, socialmente responsáveis e ativamente engajados na defesa intransigente da dignidade humana. Isso implica que a EPT, ao incorporar os preceitos da EDH, contribui para a formação de cidadãos que compreendem as implicações éticas de suas ações profissionais, que são capazes de identificar e combater injustiças, e que se comprometem com a construção de ambientes de trabalho e de convívio social pautados pelo respeito, pela equidade e pela solidariedade.

A EDH na EPT, portanto, é um investimento na transformação social, capacitando as futuras gerações para enfrentar os desafios do presente e moldar um futuro mais inclusivo e humanizado. A efetivação dessa integração requer um compromisso contínuo com a formação docente, a revisão de currículos e a criação de ambientes educacionais que promovam ativamente os valores e princípios dos Direitos Humanos, garantindo que a educação seja, de fato, um fomento para a cidadania plena e a justiça social.

## 5 METODOLOGIA

Como dito na introdução, a concepção deste trabalho teve origem logo no início do curso de mestrado, em 2023, a partir da leitura de uma postagem em uma rede social divulgando a visita de jovens cumprindo medida socioeducativa à Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP, empresa responsável pela limpeza urbana do município.

Considerando que as principais vocações econômicas de Petrópolis são as indústrias de moda, cervejeira e moveleira, como também o polo hoteleiro, turístico e gastronômico, além de uma vocação tecnológica, com um crescente atrativo às empresas de tecnologia, inovação e comunicações, chamou minha atenção o fato de, com tantas opções, uma medida socioeducativa ser aplicada justamente na empresa de limpeza urbana do município.

Neste contexto, surgiu a ideia da proposta de uma oficina pedagógica de Design Gráfico como uma prática educativa capaz de articular arte, ciência e tecnologia, ampliando a compreensão de jovens sobre possibilidades do mundo do trabalho a partir do seu interesse pela Educação Profissional e Tecnológica.

### 5.1 Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, aprofunda-se na temática da oficina pedagógica proposta, através de análises e interpretações realizadas pelo pesquisador, como vimos nos capítulos acima. Construímos nossa fundamentação teórica a partir de uma revisão da literatura de fontes confiáveis e relevantes para a área de estudo.

Metodologicamente, adotou-se a revisão bibliográfica, que, conforme Prodánov e Freitas (2013), é:

elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Essa abordagem permite um contato aprofundado com o conhecimento já produzido, fornecendo o arcabouço teórico necessário para a análise do objeto de estudo.

A presente investigação buscou compreender melhor a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir dos fundamentos teóricos apresentados, além da arte e do próprio design gráfico, para, posteriormente, propor uma Oficina Pedagógica de Design Gráfico como meio de introduzir a EPT a jovens, investigando-se ainda a possível correlação entre Educação em Direitos Humanos e EPT e uma fundamentação teórica para a proposição de oficinas pedagógicas. Nossa pesquisa se configurou como um processo sistemático e abrangente de identificação, seleção, análise e síntese da literatura científica existente sobre tais discussões. Alinhamos essa abordagem ao pensamento de Noronha e Ferreira (2000), que afirmam que “trabalhos de revisão contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico, principalmente porque comparam informações de fontes diferentes; compactam o conhecimento existente” (Noronha; Ferreira, 2000).

Assim, a revisão bibliográfica demonstrou-se essencial para a construção de um arcabouço teórico sólido e para a contextualização da proposta de intervenção. E não nos limitamos a simplesmente listar artigos e livros, mas buscamos organizar, avaliar criticamente e resumir o conhecimento acumulado para fornecer uma visão geral dos assuntos abordados. A análise aprofundada e sistemática da revisão bibliográfica emergiu não apenas como uma etapa inicial, mas como o alicerce imprescindível sobre o qual se construiu nossa investigação científica, cientes de que

a má qualidade da revisão de literatura compromete todo o estudo uma vez que esta não se constitui em uma seção isolada, mas ao contrário, tem por objetivo iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados. (Alves *apud* Freitas, 2016)

A revisão bibliográfica, enquanto metodologia de pesquisa qualitativa, se configura ainda como um processo interpretativo profundo, dedicado a desvendar os múltiplos significados e sentidos imbricados em diversas fontes. Dessa forma, essa metodologia singular oportuniza a emergência de novas e enriquecedoras compreensões acerca de fenômenos sociais, culturais e discursivos. Conforme Freitas (2016) aponta:

é possível relacionar as informações e reflexões que buscamos em outras referências escritas, ter conhecimento de um assunto e escrever sobre. Isso seria o ouvir, os livros, autores, catálogos, artigos, jornais, imagens, entre tantas outras fontes. (Freitas, 2016)

Tal perspectiva reforça o caráter dialógico da revisão bibliográfica, que

permite ao pesquisador não apenas absorver o conhecimento preexistente, mas também tecer novas conexões e interpretações a partir de um vasto universo de fontes. Nessa perspectiva, valorizou-se a subjetividade do pesquisador e sua interação ativa com o material analisado, buscando compreender os múltiplos sentidos e as intenções subjacentes aos textos. Ademais, seguindo as orientações de Prodanov e Freitas 2013, nossa pesquisa foi desenvolvida a partir de:

[...] alguns itens essenciais que se caracterizam como etapas imprescindíveis para a realização da pesquisa bibliográfica: 1) escolha do tema; 2) levantamento bibliográfico preliminar; 3) formulação do problema; 4) elaboração do plano provisório do assunto; 5) busca das fontes; 6) leitura do material; 7) fichamento; 8) organização lógica do assunto; 9) redação do texto. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Cada uma dessas etapas foi objeto de intensa reflexão. A escolha do tema, por exemplo, foi se refinando ao longo da pesquisa, sendo parcialmente modificada: nosso primeiro objetivo era desenvolver um produto educacional que contribuísse para uma forma de apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a jovens cumprindo medidas socioeducativas. Porém, Após a qualificação do projeto e o início da pesquisa, e alinhados com a perspectiva de Costa (2006) de que não se faz necessário criar uma metodologia pedagógica específica para esses jovens, decidimos ampliar o público-alvo do nosso produto educacional.

Dessa forma, além de ser uma opção de atividade educativa aplicável aos jovens referidos, nossa oficina pedagógica aqui proposta servirá também como instrumento para apresentar a EPT a todos os jovens do país. À medida que o levantamento bibliográfico preliminar revelou a extensão e a profundidade do material existente, essa exploração inicial das fontes suscitou novas perspectivas e direcionamentos, impactando a formulação do problema de pesquisa, que, por sua vez, demandou um novo olhar sobre a bibliografia já consultada.

Em suma, o percurso metodológico adotado, centrado na revisão bibliográfica, nos proporcionou uma análise que transcendeu a simples compilação de informações. Fomos conduzidos a uma leitura aprofundada e abrangente do material existente, que não se restringiu à descrição superficial dos achados pregressos. Pelo contrário, a imersão nas diversas fontes permitiu desvendar os significados implícitos nas entrelinhas dos textos, capturar as nuances conceituais e identificar as diferentes perspectivas que permeiam o campo de estudo.

## **5.2 Metodologia do produto educacional**

A construção de um produto educacional requer uma metodologia que dialogue com os objetivos de aprendizagem, as necessidades do público-alvo e os contextos socioculturais em que se insere. Esta seção detalha a metodologia de desenvolvimento da Oficina de Design Gráfico, concebida como produto educacional sobre o qual trata esta dissertação.

A oficina teve como principal objetivo apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a estudantes do ensino básico, estimulando o interesse e a compreensão sobre as diversas possibilidades que essa modalidade de ensino oferece para sua formação e futuro, buscando desmistificar a EPT, muitas vezes percebida de forma limitada ou estereotipada pelos jovens.

A construção da oficina pautou-se em princípios pedagógicos que visam a participação ativa, a problematização e a construção coletiva do conhecimento, em consonância com abordagens que defendem a educação como prática da liberdade e da autonomia. A base teórico-metodológica que fundamentou a proposta da oficina inspirou-se em princípios da pedagogia crítica e em abordagens que valorizam o protagonismo do estudante. Acreditamos que a aprendizagem ocorre de forma mais significativa quando o indivíduo é instigado a refletir, questionar e atuar sobre sua realidade.

Nesse sentido, a oficina aqui proposta não se limita a transmitir informações, mas busca provocar a curiosidade e o senso crítico dos participantes. Para Vera Maria Candau (2002), em sua obra “Tecendo a Cidadania: Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos”, a oficina pedagógica é um espaço privilegiado para a construção de conhecimento de forma participativa e dialógica. A autora destaca a multifuncionalidade desses espaços, afirmando que:

Trata-se de um espaço de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de um confronto e intercâmbio de experiências e de um exercício concreto de direitos humanos. Pretende-se que as oficinas colaborem para reforçar a conscientização e a dimensão ética, assim como aprofundar no compromisso sócio-político inerente à luta pelos direitos humanos, visando construir sociedades verdadeiramente democráticas, justas, solidárias e fraternas. (Candau, 2002, p.17)

Essa citação de Candau sublinha que as oficinas pedagógicas vão além da mera transmissão de conteúdo. Elas são concebidas como ambientes dinâmicos, onde a teoria se articula com a prática, permitindo que os participantes não apenas adquiram conhecimento, mas também reflitam criticamente sobre a realidade e exercitem, de forma concreta, os Direitos Humanos. O objetivo central é reforçar a

conscientização ética e aprofundar o compromisso sociopolítico dos indivíduos. Ao promover o confronto e o intercâmbio de experiências, as oficinas fomentam a solidariedade e a colaboração, contribuindo para a edificação de sociedades que valorizam a democracia, a justiça, a solidariedade e a fraternidade. Esse é um modelo pedagógico que busca a transformação social por meio da formação de cidadãos engajados e conscientes de seu papel na construção de um mundo mais equitativo.

Adaptando essa perspectiva, a Oficina de Design Gráfico foi estruturada para ser um ambiente de experimentação prática, onde os estudantes são convidados a criar, utilizando os princípios do design como ferramenta para expressar suas ideias e, ao mesmo tempo, compreender o universo da EPT. A oficina busca ir além da mera transmissão de conteúdo, focando na promoção da autonomia e da capacidade de iniciativa dos estudantes.

Nosso produto educacional consiste em um roteiro detalhado para oficina de design gráfico, cuidadosamente elaborado para educadores apresentarem aos jovens o vasto e promissor universo da EPT. E, além do conteúdo técnico, executado com o auxílio da apostila proposta, a oficina pedagógica em design gráfico também busca estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes para o mundo do trabalho, como trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas e pensamento crítico.

Neste contexto, a “Oficina Pedagógica de Design Gráfico” aqui proposta surge como ferramenta estratégica para aproximar os jovens da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), oferecendo uma abordagem engajadora e acessível. Ao explorar a flexibilidade do design, a EPT se revela em sua diversidade de áreas e caminhos profissionais, desmistificando estereótipos e despertando o interesse dos estudantes.

Além disso, a utilização do Design Gráfico facilita a introdução de novas metodologias, incentivando a criatividade e a experimentação em um modelo de ensino-aprendizagem dinâmico e participativo promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e centrado no aluno, onde o diálogo e a troca de ideias levam a uma aprendizagem significativa e duradoura. Em síntese, o Design Gráfico se apresenta como um aliado poderoso para tornar a EPT mais atrativa e relevante para os jovens.

Importante destacar que não é necessário ter experiência prévia em design

gráfico para aplicar ou participar da oficina. Como dito, complementando o roteiro da oficina, desenvolvemos também a “Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescentes”, um guia prático com instruções e exercícios para auxiliar os participantes no aprendizado do software e na aplicação das tarefas propostas na oficina.

Optamos por essa metodologia por acreditarmos que as oficinas pedagógicas se destacam como ferramentas valiosas no cenário educacional, oferecendo uma abordagem dinâmica e inclusiva que integra saberes práticos e teóricos. Além de contextualizar o ensino de forma eficaz, as oficinas promovem a valorização da identidade dos estudantes, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima.

As oficinas criam um ambiente acolhedor para que todos se expressem. Nelas, não existe a figura do detentor do saber, o que pode gerar desconforto e discordância silenciosa. O professor atua como um facilitador que visa auxiliar o debate, garantir a participação coletiva e aprofundar a discussão, evitando a superficialidade do senso comum.

Candau (1999, p. 9) argumenta que, nas oficinas pedagógicas, o papel dos educadores transcende a mera transmissão de conteúdo. O educador crítico-reflexivo assume a função de agente de transformação social e cultural, impulsionando a construção de conhecimento de forma colaborativa entre educadores e educandos. A oficina proposta visa, portanto, criar um espaço de reflexão conjunta, onde o aprendizado surge do diálogo e da troca de experiências sobre os temas abordados, transformando a oficina pedagógica em um ambiente de cocriação, permeado por criatividade, sensibilidade, amorosidade e alegria.

A oficina pedagógica se apresenta como um espaço dinâmico e flexível, onde a aprendizagem se torna significativa e prazerosa, permitindo que os participantes desenvolvam suas capacidades de pensar, criar, agir e interagir, tornando-se protagonistas de sua própria formação. Sena Monteiro (2019) destaca que, como instrumentos de apoio didático e pedagógico, as oficinas visam:

superar as dificuldades dos alunos de forma descontraída, sem a pressão da sala de aula, deixando o aluno mais à vontade para participar. A questão fundamental das oficinas é inovar e transmitir os conteúdos de uma forma mais simples e descontraída, trazendo o assunto escolar para o cotidiano dos alunos. Mostrando-os que o aprender e o ensinar não são práticas mecânicas, mas sim práticas prazerosas e divertidas. (de Sena Monteiro, 2019).

Essa perspectiva ressalta o potencial das oficinas para transformar a

experiência educacional, ao promover um ambiente mais acolhedor e engajador, que conecta o saber formal às vivências dos estudantes.

Em suma, a oficina pedagógica se configura como uma metodologia de trabalho profundamente colaborativa, idealizada para promover a formação coletiva. Sua essência reside na criação de espaços ricos em interação e troca de saberes, onde a construção do conhecimento se dá de forma horizontal e contínua, reconhecendo o caráter inacabado do saber. A dinâmica da oficina se inspira nos princípios de Paulo Freire, especialmente na dialética e na dialogicidade que ele defendia para a relação entre educador e educando. Essa abordagem busca superar a visão tradicional de um ensino verticalizado, onde o professor detém todo o conhecimento e o transmite passivamente aos alunos.

Na oficina, educadores e educandos se encontram em um plano de igualdade, compartilhando suas experiências e perspectivas. O diálogo se torna a ferramenta principal para a construção do conhecimento, permitindo que cada participante contribua com sua visão única e aprenda com os demais. A oficina se torna, assim, um espaço de aprendizado mútuo, onde a reflexão crítica e a troca de ideias se unem para criar um ambiente rico em possibilidades. A horizontalidade na construção do saber é um princípio fundamental que permite a cada participante sentir-se valorizado e motivado a contribuir, enquanto a dialogicidade promove a edificação de um conhecimento coletivo e significativo. Conforme Paulo Freire (2002) nos ensinou:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (Freire, 2002, p.111)

Essa perspectiva freireana salienta a importância de uma pedagogia que se fundamenta na escuta ativa e no diálogo recíproco, elementos essenciais para uma aprendizagem verdadeiramente democrática e colaborativa. Neste contexto, a oficina pedagógica, ao valorizar o aluno como construtor do conhecimento, promove sua participação ativa e conecta o saber do educador à realidade dos participantes. Esta metodologia fomenta a construção de relações educacionais e sociais que se baseiam na interação, na solidariedade, na cooperação, no fazer coletivo, na valorização dos saberes e experiências de cada um, e na organização e formação de crianças e adolescentes. A educação não é um processo unilateral, mas sim uma

construção coletiva: “ninguém educa ninguém - ninguém se educa a si mesmo - os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (Freire, 1974, p. 79)

Em termos práticos, em nosso roteiro, a oficina se estrutura em cinco encontros de 4 horas/aula cada com momentos distintos: no início da oficina, os alunos são acolhidos e recebem explicações claras e dinâmicas sobre os objetivos, visando criar um ambiente confortável e motivador para a participação ativa. Tem-se uma dinâmica de acolhida e entrosamento, como o objetivo de promover o relaxamento, estimular a desinibição e a diversão, facilitar o conhecimento mútuo e a interação entre os participantes. Posteriormente, tem-se a reflexão de um tema específico, de interesse do grupo, que busca refletir a realidade, e suas inter-relações com os níveis individual, grupal e coletivo, incentivando a que falem da sua vida cotidiana, buscando a troca de saberes.

Para a efetivação de uma oficina pedagógica, consideramos cruciais dois elementos intrinsecamente relacionados: a conexão entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e o trabalho em equipe. Adicionalmente, as oficinas aqui propostas alinham-se às diretrizes estabelecidas por Candau e Sacavino (2013), que sugerem uma estrutura abrangendo quatro dimensões fundamentais: observar, conhecer, celebrar e engajar-se. Candau e Sacavino (2013) detalham essas dimensões da seguinte forma:

O ver refere-se a análise da realidade, o saber aos conhecimentos específicos relacionados ao tema desenvolvido, o celebrar à apropriação do trabalho utilizando-se diferentes linguagens, como simulações, dramatizações, músicas, elaboração de vídeos, etc. A sistematização supõe a construção coletiva que sintetiza os aspectos mais significativos assumidos por todo o grupo e o comprometer-se a identificação de atitudes e ações a serem realizadas. A socialização da experiência vivida no contexto em que se atua constitui a etapa final do processo. Em todo este recorrido o papel do dinamizador/a é fundamental. (Candau; Sacavino 2013, p. 77)

Essa estrutura proposta por Candau e Sacavino (2013) oferece um arcabouço metodológico robusto para o design e a condução de oficinas pedagógicas. A dimensão do "ver" enfatiza a importância de uma análise crítica da realidade, permitindo que os participantes contextualizem o problema ou tema em estudo. O "saber" foca na aquisição de conhecimentos específicos, garantindo a base teórica necessária para a compreensão aprofundada. O "celebrar" destaca a apropriação criativa do conteúdo, incentivando o uso de diversas linguagens expressivas (como simulações, dramatizações, músicas e produção de vídeos) para

consolidar o aprendizado de forma lúdica e engajadora. A etapa de "sistematização" é crucial para a construção coletiva de um saber sintetizado, onde as reflexões e descobertas do grupo são consolidadas. Finalmente, o "comprometer-se" direciona os participantes para a identificação de atitudes e ações concretas, promovendo o engajamento e a aplicação prática do que foi aprendido, culminando na socialização da experiência no contexto de atuação. Em todas essas etapas, o papel do dinamizador ou facilitador é essencial para guiar o processo, estimular a participação e garantir a coerência entre as dimensões propostas, visando uma aprendizagem transformadora e contextualizada.

Neste contexto, convidamos os participantes a experimentar, colocar a mão na massa, testando conceitos e explorando diferentes abordagens; investigar, questionar, pesquisar e buscar respostas para suas próprias dúvidas; resolver problemas, enfrentar desafios e desenvolver soluções criativas e eficazes e a refletir, analisar criticamente suas experiências, aprendizados e processos de criação.

Ao integrar esses elementos, nossa oficina cria um ambiente de aprendizado dinâmico e estimulante, onde os alunos são incentivados a pensar de forma crítica, colaborar com seus colegas e desenvolver habilidades que serão valiosas em suas vidas pessoais e profissionais.

No roteiro de nossa oficina propomos, portanto, criar uma atmosfera que estimule o diálogo proporcionando momentos de troca de conhecimentos e diversas interações que promovam a aprendizagem ativa e colaborativa, incentivando a participação dos alunos através de atividades práticas e estimulando o desenvolvimento de habilidades e autonomia.

Outro ponto fundamental da nossa metodologia é a interdisciplinaridade. A EPT, por sua natureza, integra conhecimentos de diversas áreas. As oficinas pedagógicas são um método de ensino que utiliza diversas áreas do conhecimento promovendo a interdisciplinaridade, transformando a forma como os alunos pensam e agem, evidenciando a riqueza e a diversidade de caminhos que a formação profissional pode proporcionar.

Além disso, como tema central de nossa oficina, escolhemos o Design Gráfico, uma área rica e multifacetada que se revela como um terreno fértil para a integração de diversos saberes, tudo isso dentro de um contexto lúdico e envolvente. Acreditamos que o Design Gráfico, com sua natureza dinâmica e sua

capacidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento, oferece um ambiente propício para o desenvolvimento de um produto educacional inovador e estimulante.

Em síntese, a Oficina Pedagógica de Design Gráfico aqui proposta se pretende uma abordagem inovadora e relevante para apresentar a Educação Profissional e Tecnológica a jovens estudantes do ensino básico. Inspirada por Vera Maria Candau, que enfatiza a construção coletiva e o "tecer da cidadania", a metodologia empregada transforma a simples transmissão de informações em uma experiência instigante, onde o design gráfico serve como ponte para o desenvolvimento de saberes e a formação de sujeitos críticos e engajados.

No próximo capítulo, faremos uma descrição detalhada do nosso produto educacional, explorando seus objetivos, funcionalidades, público-alvo e os recursos pedagógicos que o sustentam. Apresentaremos o passo a passo da jornada de aprendizado que os alunos percorrerão ao interagir com o produto, revelando como o Design Gráfico se transforma em uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

A presente dissertação propõe uma Oficina Pedagógica de Design Gráfico como um produto educacional no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Colégio Pedro II. Visamos primordialmente aproximar os jovens e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fomentando seu interesse e os engajando em uma modalidade de ensino que se alinha entre a educação e o mundo do trabalho. Ao configurar-se como uma porta de entrada dinâmica e criativa, a oficina propicia a aquisição de conhecimentos técnicos e o desenvolvimento de habilidades fundamentais aos jovens no cenário contemporâneo, conforme tratamos acima.

A iniciativa visa despertar o interesse dos jovens pelas diversas áreas da EPT, demonstrando o potencial transformador da formação profissional e tecnológica em suas trajetórias futuras. Ao explorar os fundamentos do design gráfico, uma área em constante expansão e com diversas aplicações práticas, os participantes terão a oportunidade de desenvolver o raciocínio visual, a criatividade, a capacidade de comunicação e o domínio de ferramentas digitais. Essa experiência prática e engajadora busca desmistificar a EPT, apresentando-a como um caminho promissor para a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho.

A conexão intrínseca com a Educação em Direitos Humanos (EDH) manifesta-se em múltiplos níveis. Primeiramente, ao democratizar o acesso ao conhecimento e às ferramentas tecnológicas – especialmente através do uso de softwares livres como o Inkscape –, a oficina reforça o direito à educação de qualidade e à inclusão digital, independentemente das condições socioeconômicas dos participantes. A abordagem dialógica e informal na condução dos encontros, que privilegia o debate de temas livres e a troca de experiências, fomenta o direito à livre expressão e à participação, incentivando a construção de um ambiente de respeito mútuo e diversidade de ideias.

Já a ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o trabalho colaborativo, a comunicação eficaz, a resolução de problemas e o pensamento crítico, alinha-se com os princípios da EDH de formação de cidadãos críticos, autônomos e engajados na construção de uma sociedade mais justa. A proposta de promover a conscientização jovem acerca da acessibilidade e das potencialidades da EPT como modalidade educacional inclusiva e propulsora de

desenvolvimento reflete o direito à igualdade de oportunidades e a valorização de diferentes percursos educacionais.

O objetivo primordial é apresentar de forma clara e envolvente as amplas oportunidades oferecidas por um Curso Técnico de Nível Médio em Informática. A oficina, estruturada em cinco encontros de quatro horas/aula cada, destina-se a jovens que estejam cursando, no mínimo, a última série do Ensino Fundamental, período crucial para a exploração de interesses e a tomada de decisões sobre o futuro educacional e profissional. Sua estrutura pedagógica e metodológica permite a replicabilidade em quaisquer instituições públicas de ensino técnico no território nacional, dada a adaptabilidade decorrente do objetivo intrínseco de promover a conscientização jovem acerca da acessibilidade e das potencialidades do Ensino Profissional e Tecnológico (EPT).

A arquitetura didática da oficina fundamenta-se em metodologias ativas que fomentam a criatividade e a experimentação nas diversas técnicas inerentes ao design gráfico. A condução dos encontros adotará uma abordagem dialógica e informal, privilegiando o debate de temas livres e a troca de experiências entre os participantes. Complementarmente, será realizada a apresentação da ferramenta Inkscape, um software de design gráfico de código aberto, democratizando o acesso a recursos tecnológicos relevantes para a área e reforçando o princípio da acessibilidade ao EPT, o que corrobora o direito à tecnologia e ao conhecimento livre.

Concomitantemente à elaboração do roteiro para as oficinas, desenvolveu-se a "Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescentes", material complementar que instrumentaliza a aplicação da referida oficina. Esta apostila, juntamente com o roteiro, encontra-se disponível ao público de forma inteiramente livre e gratuita, reforçando o compromisso com a democratização do acesso a recursos educacionais e tecnológicos, o que reitera o direito universal à educação e ao acesso à informação.

A oficina, além do conteúdo técnico, almeja fomentar o aprimoramento de habilidades socioemocionais cruciais para o mundo do trabalho, tais como trabalho colaborativo, comunicação eficaz, resolução de problemas e pensamento crítico. Em resumo, o Design Gráfico pode ser atrativo para convidar jovens para conhecerem a EPT, os preparando para o ingresso no mundo do trabalho e, intrinsecamente, promovendo o direito ao trabalho e à formação profissional.

O roteiro da oficina pedagógica configura-se como um espaço de expressão e aprendizado, fundamentado na troca de saberes e interação horizontal entre educadores e educandos, visando à formação de sujeitos críticos e cidadãos ativos, um pilar fundamental da Educação em Direitos Humanos. A metodologia dos encontros, baseada na construção ativa do conhecimento mediante a prática, confere protagonismo ao discente e estimula a experiência direta e a participação engajada como elementos essenciais para a aquisição de saberes significativos, alinhando-se com a premissa de que a educação deve ser um processo libertador e emancipatório, garantindo o direito ao desenvolvimento da personalidade.

Em síntese, a Oficina Pedagógica de Design Gráfico, ao promover a inclusão, o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de habilidades críticas e a participação cidadã, representa um valioso instrumento para a materialização dos princípios da Educação em Direitos Humanos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Previamente à descrição detalhada do roteiro concernente a cada um dos cinco encontros que compõem a oficina, julgamos pertinente apresentar uma seção introdutória dedicada à exposição de conceitos e fundamentos basilares do design gráfico. Essa abordagem pedagógica visa proporcionar aos educadores que irão aplicar a oficina uma base teórica para a compreensão e o melhor aproveitamento das atividades práticas subsequentes. Ao estabelecermos um aporte conceitual, esperamos otimizar o processo de aprendizado e estimular uma apreciação mais ampla dos princípios que norteiam o design gráfico.

Também apresentamos uma visão geral do software Inkscape, acompanhada da justificativa de sua escolha para a oficina. A profundidade da análise técnica é intencionalmente limitada nesta seção, remetendo o detalhamento dos recursos e funcionalidades do software à "Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescente". Este material complementar prevê informações abrangentes, desde os procedimentos de obtenção e instalação até a aplicação prática das ferramentas, visando otimizar o aprendizado progressivo e autônomo dos participantes.

Após a seção introdutória dedicada à contextualização e aos fundamentos do design gráfico, apresentamos o roteiro das atividades, especificamente delineadas para a oficina em questão. Tais proposições pedagógicas foram cuidadosamente estruturadas com o objetivo de introduzir os jovens ao abrangente e promissor campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), proporcionando experiências

práticas e motivadoras que possibilitem a exploração das funcionalidades do software Inkscape de maneira criativa e progressiva.

A diversidade das atividades busca atender a distintos níveis de proficiência e incentivar a experimentação em variadas vertentes do design, promovendo, destarte, o desenvolvimento de competências pertinentes e o estímulo ao interesse pela continuidade da exploração neste campo.

A partir da próxima seção deste capítulo, nos dedicaremos à elucidação pormenorizada de cada etapa da oficina, explicitando os objetivos de aprendizagem específicos, as funcionalidades intrínsecas a cada atividade proposta, a caracterização do público-alvo a que se destina e os recursos pedagógicos que fundamentam sua implementação. Adicionalmente, delineia-se de forma sequencial a trajetória de aprendizado a ser percorrida pelos discentes, evidenciando o modo como o Design Gráfico se configura como um instrumento pedagógico para os objetivos aqui propostos.

### **6.1 Encontro 1 - Acolhimento e apresentação**

No primeiro encontro da oficina, será implementada uma dinâmica de acolhimento inicial, com o objetivo primário de fomentar a discussão acerca da relevância do trabalho colaborativo e de promover a sensibilização para a importância da cooperação e de uma perspectiva abrangente na análise de situações. Subsequentemente à atividade dinâmica, o facilitador conduzirá uma demonstração prática, visando elucidar ao grupo a relativa facilidade na resolução de problemáticas quando abordadas de forma conjunta e cooperativa.

Em um segundo momento da oficina, proceder-se-á à apresentação das instalações da instituição de ensino, incluindo a biblioteca, os laboratórios, as salas de estudo, o espaço de convivência e demais dependências relevantes. Durante esta etapa, os jovens receberão informações detalhadas acerca do funcionamento de cada um desses espaços, com o intuito de evidenciar que, em caso de matrícula no curso técnico, terão acesso irrestrito a todas as dependências da escola, em igualdade de condições com os demais discentes.

Concluindo a etapa de ambientação, os jovens serão direcionados ao espaço físico onde a oficina será efetivamente realizada. Nesse momento, o educador responsável apresentará as normas e regulamentos de utilização do laboratório, explicitando as condutas permitidas e as restrições existentes. Adicionalmente, será

fornecida uma explanação concisa acerca das atividades práticas que serão desenvolvidas ao longo dos encontros da oficina.

Inicialmente, e antes do manuseio dos equipamentos, solicitar-se-á aos participantes que mantenham os computadores desligados. O educador, subsequentemente, introduzirá o conceito de educação integral, fomentando uma discussão preliminar acerca da compreensão individual dos participantes sobre o termo.

Em seguida, proceder-se-á à apresentação formal do conceito de educação integral, definida como aquela que prima pelo desenvolvimento pleno de indivíduos em diferentes faixas etárias, abrangendo as dimensões intelectual, física, emocional, afetiva, social e cultural. Através de uma breve interação dialógica, esses conceitos serão apresentados em uma linguagem acessível ao público jovem, mediante a utilização de exemplos práticos e a contextualização com a realidade vivenciada pelos participantes.

Subsequente à discussão conceitual, os participantes serão instruídos sobre o procedimento correto para ligar os computadores e acessar um editor de texto. Solicitar-se-á a elaboração de um breve texto, de caráter reflexivo e pessoal, abordando as impressões sobre o primeiro encontro, a identificação do espaço da instituição que mais lhes despertou interesse, a explicitação de suas aspirações futuras, a descrição de uma ocupação profissional que lhes proporcionaria satisfação, a percepção do papel da escola em seu desenvolvimento e quaisquer outras considerações que desejarem expressar.

Será concedido um período de cinco a dez minutos para a digitação dos textos, seguido de orientações sobre o processo de salvamento dos arquivos. Caso o tempo disponível o permita, os participantes serão convidados a compartilhar oralmente o conteúdo de seus escritos. Finalmente, serão fornecidas instruções detalhadas sobre o procedimento adequado para o desligamento dos computadores e a organização do laboratório, de modo a garantir que o ambiente seja restituído às condições iniciais de ordem e limpeza.

## **6.2 Encontro 2 - Reforçar a importância da solidariedade, cooperação e colaboração e trabalhar os conceitos de área e perímetro**

O segundo encontro da oficina possui como objetivos pedagógicos primordiais o reforço da relevância dos princípios da solidariedade, da cooperação e

da colaboração no contexto de atividades coletivas. Adicionalmente, visa-se a enfatizar a importância fundamental da geometria para o desenvolvimento da capacidade do discente em compreender o ambiente circundante e em estabelecer interconexões significativas entre o conhecimento matemático e outras áreas do saber. Outrossim, pretende-se trabalhar de forma aplicada os conceitos de metro linear/perímetro e metro quadrado/área, instrumentalizando os participantes para a aplicação prática dessas medidas.

Inicialmente, propõe-se a implementação de uma dinâmica estruturada com o intuito de reforçar a importância de valores e habilidades sociocomportamentais essenciais, tais como a solidariedade, a cooperação, a colaboração, a criatividade e a organização. A atividade também visa a estimular a capacidade de busca proativa por soluções e a eficácia do trabalho em equipe como estratégia para a consecução de objetivos predefinidos, a resolução eficiente de problemas complexos e a otimização da produtividade.

Subsequente à atividade dinâmica, o mediador conduzirá uma discussão informal com o propósito de promover a descontração e realizar uma sondagem diagnóstica acerca dos conhecimentos prévios dos participantes concernentes aos conceitos geométricos de quadrado, retângulo, área e perímetro. Para tanto, serão propostas questões norteadoras, tais como: "Qual a distinção fundamental entre um quadrado e um retângulo?"; "Quais objetos presentes nesta sala exibem formas retangulares e quais apresentam configurações quadradas?". Adicionalmente, buscar-se-á estabelecer analogias entre elementos concretos do ambiente, como o rodapé e o piso, e as noções abstratas de contorno e preenchimento, respectivamente. A relação entre contorno e perímetro, e entre preenchimento e área, será explicitamente abordada. Por fim, serão apresentados problemas práticos contextualizados, como o cálculo da metragem linear necessária para a substituição do rodapé e a determinação da área para a troca do revestimento do piso, visando a aplicação dos conceitos em situações reais.

Posteriormente, a oficina direcionará o foco para a exploração específica do conceito de perímetro. Inicialmente, solicitar-se-á aos participantes que efetuem a mensuração dos quatro lados de uma mesa ou de outro objeto de formato retangular disponível, registrando as medidas obtidas. Em seguida, será solicitado que contornem o mesmo objeto utilizando um barbante ou fita métrica, procedendo à mensuração do comprimento do material necessário para circundar

completamente o objeto. A etapa subsequente consistirá na comparação entre o comprimento do barbante e a soma das medidas dos quatro lados do objeto, formalizando a compreensão de que essa soma corresponde ao perímetro da figura geométrica.

Ato contínuo, os participantes serão orientados a somar os valores correspondentes à largura e ao comprimento do retângulo, multiplicando o resultado obtido por dois, com o objetivo de verificar a equivalência com o valor do perímetro previamente determinado. Finalmente, será proposto aos discentes o desafio de elaborarem uma fórmula matemática generalizada capaz de calcular o perímetro de qualquer retângulo, fomentando a abstração e a formalização do conhecimento adquirido.

Na etapa subsequente da oficina, os participantes serão instruídos sobre a utilização das ferramentas do software Inkscape para a representação gráfica de formas geométricas fundamentais, incluindo retângulos, quadrados, círculos, elipses, estrelas, polígonos regulares e irregulares, e espirais. Esta atividade prática visa introduzir os discentes ao ambiente digital de design vetorial e desenvolver habilidades básicas de manipulação de formas geométricas no software.

Em conclusão ao segundo encontro, propõe-se uma atividade pedagógica que consiste em uma adaptação da sequência didática originalmente elaborada por Baldini e Póla (2004) para a construção progressiva e contextualizada dos conceitos de área e perímetro. A referida adaptação metodológica visa otimizar a efetividade da sequência didática no contexto específico desta oficina e para o público-alvo participante.

Concluindo a atividade prática de exploração das formas geométricas no ambiente virtual, solicitar-se-á aos discentes que selecionem objetos presentes na sala, tais como o quadro, a porta e a mesa, e efetuem a mensuração de suas dimensões lineares. A etapa subsequente consistirá no cálculo, por parte dos alunos, do perímetro e da área de cada objeto selecionado, aplicando os conceitos e as fórmulas previamente introduzidos ao longo do encontro. Esta atividade final visa consolidar a compreensão teórica através da aplicação prática em objetos concretos do cotidiano.

### **6.3 Encontro 3 – Soma e Diferença**

O terceiro encontro da oficina possui como objetivos pedagógicos a aplicação

da análise matemática na investigação da desigualdade de gênero e raça, e a exploração dos recursos de preenchimento e contorno do software Inkscape para a operacionalização dos conceitos de união e diferença na construção de formas geométricas e na utilização de paletas cromáticas.

Inicialmente, propõe-se a implementação de uma atividade pedagógica que consiste em uma adaptação do plano de aula intitulado “Representatividade de mulheres na política utilizando razão e porcentagem”, originalmente desenvolvido pela professora Brunna Sordi Stock e disponibilizado pelo site Gênero e Educação. A referida adaptação metodológica visa adequar a atividade ao contexto específico da oficina e aos seus objetivos de aprendizagem.

O mediador deverá apresentar ao grupo a imagem fotográfica oficial da reunião do G20 realizada em 2019, e subsequentemente, questionar os participantes acerca do reconhecimento dos indivíduos retratados na referida imagem. Esta etapa inicial tem por objetivo introduzir visualmente o contexto da discussão sobre representatividade em instâncias de poder global.

Subsequentemente, o mediador identificará alguns dos indivíduos retratados na imagem, indagando os participantes sobre sua percepção da natureza do evento ali registrado (exemplo: uma reunião de caráter formal, uma celebração de natureza social, um debate de cunho político). Esta etapa tem por finalidade estimular a análise interpretativa e a inferência contextual por parte dos discentes.

Em derradeira análise desta etapa introdutória, o mediador deverá explicitar que a imagem em questão documenta a reunião do G20 (Grupo dos Vinte) de 2019, um fórum multilateral de cooperação econômica internacional que congrega as nações detentoras das maiores economias globais. O objetivo primordial deste fórum consiste no debate de temas concernentes à estabilidade econômica em escala mundial e ao desenvolvimento socioeconômico abrangente.

Questionar-se-á aos participantes acerca das implicações visuais e representacionais da remoção de todos os indivíduos do sexo masculino da imagem. Subsequentemente, indagar-se-á ao grupo sobre o número remanescente de mulheres na fotografia (sendo identificadas apenas três: Angela Merkel, então chanceler da Alemanha; Theresa May, então primeira-ministra do Reino Unido; e Christine Lagarde, então diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional), seguido do questionamento sobre a percepção do grupo acerca da representatividade numérica feminina em relação ao contingente total de

participantes originalmente presentes na imagem.

Em um segundo momento da atividade, será apresentada a imagem fotográfica oficial do encontro da Cúpula de Líderes do G20, realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 na cidade do Rio de Janeiro. Similarmente à análise da imagem precedente, será proposto aos participantes que visualizem a exclusão dos indivíduos do sexo masculino, observando o número remanescente de pessoas. Adicionalmente, será indagado ao grupo se, em comparação com a fotografia anterior, houve um aumento ou uma diminuição na representatividade feminina. Por fim, questionar-se-á acerca da presença de indivíduos negros na imagem, especificando o número de homens e mulheres pertencentes a este grupo étnico-racial.

Considerando o quantitativo de 51 indivíduos retratados nessa segunda imagem, dos quais 43 são do sexo masculino e 8 do sexo feminino, solicitar-se-á aos discentes que efetuem os seguintes cálculos: a) a determinação da diferença numérica entre o total de pessoas presentes na fotografia e o número de mulheres; e b) a quantificação da variação no número de mulheres representadas entre a fotografia do G20 de 2024 e a imagem do encontro de 2019.

Concluindo o terceiro encontro da oficina, e tendo como referencial teórico e prático o conteúdo da Aula 3 da Apostila de Design Gráfico, o educador procederá à explanação detalhada dos métodos e ferramentas disponíveis no software Inkscape para a aplicação de cores tanto no preenchimento interno quanto no contorno das formas geométricas vetoriais. Esta instrução visa desenvolver a proficiência dos participantes na manipulação cromática no ambiente de design digital.

#### **6.4 Encontro 4 – Teoria dos Conjuntos**

Fundamentada na sequência didática proposta por Junqueira (2018), desenvolveu-se a atividade para o presente quarto encontro, na qual se aplicará a teoria dos conjuntos mediante a utilização do software de design gráfico Inkscape. O objetivo desta abordagem pedagógica é fomentar o interesse discente pela matemática e, concomitantemente, contribuir para sua formação integral, articulando conceitos abstratos com aplicações práticas no campo do design digital.

Inicialmente, propõe-se a introdução da noção de conjunto mediante a apresentação de exemplos concretos e familiares aos discentes, tais como as fases lunares, os dias da semana e os meses do ano. Adicionalmente, serão explicitados

os conceitos de conjunto unitário, caracterizado pela presença de um único elemento, e conjunto vazio, definido pela ausência de elementos constituintes.

Subsequentemente, proceder-se-á à apresentação formal da relação de pertinência entre elementos e conjuntos, utilizando a simbologia matemática específica:  $\in$  para indicar que um elemento pertence a um determinado conjunto e  $\notin$  para denotar que um elemento não pertence a um conjunto específico. A introdução desta notação visa formalizar a linguagem utilizada na teoria dos conjuntos.

O terceiro objetivo desta etapa pedagógica consiste na apresentação formal do conceito de “Interseção” de conjuntos, definido como o conjunto contendo os elementos comuns a dois ou mais conjuntos dados. Concomitantemente, será introduzido o símbolo matemático específico que representa a operação de interseção:  $\cap$ .

Subsequentemente, propõe-se a apresentação formal do conceito de “União” de conjuntos, definida como o conjunto contendo todos os elementos pertencentes a um ou mais conjuntos dados. Concomitantemente, será introduzido o símbolo matemático específico que representa a operação de união:  $\cup$ .

O quinto objetivo desta etapa pedagógica reside na apresentação formal do conceito de “Diferença” de conjuntos, definido como o conjunto contendo os elementos pertencentes a um primeiro conjunto e que não pertencem a um segundo conjunto especificado. Concomitantemente, será introduzido o símbolo matemático específico que representa a operação de diferença:  $-$ .

Dando seguimento à exposição teórica, propõe-se a aplicação prática das operações entre conjuntos no ambiente do software Inkscape. Fundamentando-se nos conteúdos da Aula 4 da Apostila de Inkscape – Trabalhando com formas –, objetiva-se demonstrar aos discentes como operacionalizar os conceitos de união, interseção e diferença de conjuntos para a criação de ilustrações digitais. Esta etapa visa consolidar a compreensão teórica através da manipulação de objetos vetoriais e da aplicação das ferramentas específicas do software.

O presente encontro culmina com a proposição de uma atividade prática de natureza aplicada: a elaboração da representação gráfica da Cruz de Malta mediante a aplicação da operação de diferença entre formas geométricas retangulares e circulares no ambiente do software Inkscape. Esta atividade visa consolidar a compreensão prática dos conceitos de diferença de conjuntos e sua

aplicação na construção de ilustrações vetoriais.

Ademais, os discentes serão incentivados à divulgação de seus trabalhos nas respectivas plataformas de mídia social. Na eventualidade de algum participante não possuir um perfil em redes sociais, o mediador poderá oferecer o auxílio necessário para a criação de uma conta, visando facilitar a disseminação e a visibilidade de suas produções, caso o jovem deseje.

### **6.5 Encontro 5 – Nuvens de Palavras**

Nesse último encontro, os discentes serão introduzidos à funcionalidade da ferramenta de texto do software Inkscape, explorando suas diversas opções de formatação e manipulação textual. O objetivo primordial desta etapa consiste na capacitação dos participantes para a criação de uma ilustração visualmente representativa, construída a partir da disposição estratégica de palavras-chave ou frases concisas. Estas unidades textuais serão agregadas de forma orgânica e não linear, configurando o que se denomina tecnicamente "nuvem de palavras" (word cloud). A atividade visa estimular a síntese conceitual, a criatividade visual e a exploração das potencialidades comunicativas da tipografia no design gráfico digital.

Inicialmente, os discentes serão instruídos sobre os procedimentos para a inserção de elementos textuais em composições visuais elaboradas no ambiente do software Inkscape. Fundamentando-se no conteúdo didático da AULA 5 da Apostila de Inkscape, o educador apresentará de forma sistemática os diversos recursos e funcionalidades inerentes à ferramenta de texto do software. Esta apresentação abrangerá aspectos como a criação de caixas de texto, a seleção de diferentes tipografias, o ajuste de atributos textuais (tamanho, cor, estilo), e as opções de alinhamento e espaçamento. Subsequentemente à exposição teórica e demonstração prática, será dedicado um período específico para que os participantes possam explorar livremente as funcionalidades da ferramenta de texto, experimentando suas diversas aplicações e consolidando o aprendizado por meio da prática individualizada. Este momento de exploração autônoma é crucial para o desenvolvimento da familiaridade e da proficiência no uso da ferramenta.

Em um segundo momento da oficina, o objetivo pedagógico centra-se na capacidade de síntese conceitual e representação linguística concisa. O mediador solicitará aos discentes a elaboração de um conjunto de dez a vinte palavras-chave ou frases curtas – com um limite máximo de três vocábulos por unidade – que

representem ideias ou conceitos centrais relacionados aos seguintes temas: Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Cidadania, Direitos Humanos, Diversidade e Ética. Esta atividade visa estimular a habilidade de identificar e expressar de forma sucinta a essência de temas complexos, preparando o conteúdo textual para a etapa subsequente de construção da nuvem de palavras.

A terceira etapa da oficina consiste na consolidação e organização do vocabulário gerado na fase precedente. Para tanto, designar-se-á um dos discentes para registrar no quadro as palavras ou frases curtas propostas por cada participante. Durante este processo de transcrição, o discente encarregado deverá identificar e quantificar as ocorrências de termos repetidos, anotando a frequência de cada palavra ou frase. Este procedimento sistemático de coleta e categorização dos dados linguísticos constitui a base para a subsequente construção da nuvem de palavras, onde a frequência de cada termo influenciará sua representação visual, tipicamente em termos de tamanho ou destaque.

A etapa final do presente encontro pedagógico dedica-se à criação visual da nuvem de palavras, integrando os elementos textuais coletados e categorizados previamente. Inicialmente, o mediador fornecerá uma explanação concisa e elucidativa acerca do conceito de nuvem de palavras (word cloud), enquanto representação visual da frequência de termos em um dado conjunto de texto. Subsequentemente, os discentes serão instruídos a utilizar o software Inkscape para a elaboração de uma ilustração que incorpore as dez palavras de maior ocorrência identificadas na etapa anterior. A diretriz fundamental para a criação visual consiste na representação da frequência dos termos por meio de variações no tamanho da fonte e na intensidade da cor, de modo que a palavra com maior frequência seja exibida com uma tipografia de maior dimensão e uma tonalidade cromática mais vívida, configurando, assim, a estrutura característica de uma nuvem de palavras. Esta atividade prática visa a aplicação integrada das habilidades textuais e visuais desenvolvidas ao longo do encontro, culminando na criação de uma representação gráfica informativa e esteticamente relevante.

Em suma, a oficina de design gráfico, estruturada em cinco encontros sequenciais e utilizando o software Inkscape como ferramenta principal, proporcionará aos participantes uma jornada de aprendizado multifacetada que transcenderá a mera aquisição de habilidades técnicas em design vetorial. Desde a dinâmica de acolhimento inicial, que fomenta a reflexão sobre a colaboração e a

importância de uma perspectiva abrangente, até a exploração da ferramenta de texto para a criação da nuvem de palavras, cada encontro foi cuidadosamente concebido para integrar conceitos do design gráfico com princípios pedagógicos e temas transversais relevantes.

A atividade focada no reforço da solidariedade e na introdução dos conceitos geométricos de área e perímetro, demonstra a aplicabilidade da matemática na compreensão do espaço e na resolução de problemas práticos. A exploração das operações de união, interseção e diferença no contexto da teoria dos conjuntos, aliada à sua aplicação prática no Inkscape, oferece uma perspectiva inovadora sobre a abstração matemática e sua representação visual. Finalmente, a criação da nuvem de palavras consolida a capacidade de síntese e a compreensão da representatividade textual através de recursos visuais.

Ao longo das oficinas, a utilização do Inkscape como software livre e acessível democratiza o contato com ferramentas de design profissional, ao mesmo tempo em que as atividades propostas estimulam a criatividade, o pensamento crítico, o trabalho em equipe e a capacidade de comunicação visual dos participantes. Acreditamos que esta abordagem integrada não apenas introduz os fundamentos do design gráfico, mas também promove o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, preparando os jovens para futuras explorações no campo da tecnologia, da comunicação e da expressão visual. A oficina, portanto, cumpre seu objetivo de apresentar a EPT a partir do design gráfico como uma ferramenta poderosa para a criatividade, a comunicação e a compreensão de conceitos diversos, utilizando a EPT como um caminho promissor e acessível.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação nasceu de uma inquietação provocada por uma situação concreta observada no início do curso de mestrado, em 2023: a visita de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas à Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP), responsável pela limpeza urbana desta cidade. O contraste entre essa experiência laboral e o dinâmico cenário econômico do município motivou a reflexão sobre o direito desses jovens à formação integral, crítica e emancipadora. A partir desse questionamento, delineou-se uma proposta de intervenção educativa que culminou no desenvolvimento de um produto educacional: a Oficina Pedagógica de Design Gráfico: Arte e Tecnologia como Convite para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao longo desta dissertação, discutimos, no primeiro capítulo, os fundamentos teóricos da EPT, sustentando sua compreensão para além do viés instrumental e tecnicista. Acorados em autores como Brito, Ramos e Silva, e dialogando com a tradição marxista e com pensadores como Paulo Freire e Gramsci, argumentamos em favor de uma educação omnilateral, que conceba o trabalho como princípio educativo, a ciência e a tecnologia como instrumentos de emancipação, e a arte como dimensão formadora da consciência crítica e humanizadora.

O segundo capítulo aprofundou a interface entre design gráfico e oficinas pedagógicas, justificando a escolha do design como eixo da proposta educativa. A partir de autores como Barbosa, Ostrower, Candau e Cardoso, refletimos sobre o papel da arte na formação integral e sobre o potencial das oficinas como espaços de aprendizagem colaborativa e crítica. As oficinas de design gráfico emergiram como um meio potente de atrair os jovens para o universo da EPT, articulando criatividade, expressão e domínio de ferramentas tecnológicas.

No terceiro capítulo, exploramos as conexões entre a EPT e a Educação em Direitos Humanos (EDH), reforçando o papel da formação profissional como instrumento de inclusão, cidadania e justiça social. Com base em autores como Candau e Sacavino, defendemos a integração da EDH à EPT como estratégia para a construção de sujeitos críticos e socialmente engajados, promovendo uma educação comprometida com os valores da equidade, da dignidade e da transformação social.

O quarto capítulo apresentou a metodologia adotada na pesquisa, de

natureza qualitativa e exploratória, baseada em uma revisão bibliográfica sistemática, conforme Prodanov e Freitas. A pesquisa foi concebida como um processo interpretativo e crítico, voltado à compreensão aprofundada do fenômeno investigado. A construção do produto educacional partiu da observação de uma realidade local e da intenção de elaborar uma proposta replicável em diferentes contextos, pautada na pedagogia crítica e na valorização da experiência e do protagonismo juvenil.

No quinto capítulo, detalhamos o processo de desenvolvimento e aplicação da Oficina Pedagógica de Design Gráfico, estruturada em cinco encontros de 4 horas/aula, com foco na introdução dos jovens ao universo da EPT. Utilizando o software livre Inkscape, a oficina articula conceitos técnicos e criativos com temas transversais, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e técnicas essenciais para o século XXI. A abordagem metodológica valorizou a construção ativa do conhecimento, a experimentação, a interdisciplinaridade e a formação omnilateral.

Por fim, no capítulo final, apresentamos o Produto Educacional em sua versão completa: um roteiro de oficina detalhado, acompanhado por uma apostila prática sobre o uso do Inkscape. O material foi pensado para ser aplicado em instituições públicas de ensino técnico em todo o Brasil, com o objetivo de democratizar o acesso à EPT e inspirar os jovens a vislumbrarem novos horizontes profissionais.

Com essa perspectiva, a Oficina de Design Gráfico foi estruturada para ser um ambiente de experimentação prática, onde os estudantes são convidados a criar, utilizando os princípios do design como ferramenta para expressar suas ideias e, ao mesmo tempo, compreender o universo da EPT. A oficina busca ir além da mera transmissão de conteúdo, focando na promoção da autonomia e da capacidade de iniciativa dos estudantes. Por isso, a oficina pedagógica em design gráfico também busca estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes para o mundo do trabalho, como trabalho em equipe, comunicação, resolução de problemas e pensamento crítico.

Neste sentido, a “Oficina Pedagógica de Design Gráfico” aqui proposta surge como ferramenta estratégica para aproximar os jovens da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), oferecendo uma abordagem engajadora e acessível. Ao explorar a flexibilidade do design, a EPT se revela em sua diversidade de áreas e caminhos

profissionais, desmistificando estereótipos e despertando o interesse dos estudantes. Além disso, a utilização do Design Gráfico pretende facilitar a introdução de novas metodologias, incentivando a criatividade e a experimentação em um modelo de ensino-aprendizagem dinâmico e participativo promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e centrado no aluno, onde o diálogo e a troca de ideias levam a uma aprendizagem significativa e duradoura. Em síntese, o Design Gráfico se apresenta como um aliado para tentarmos tornar a EPT mais atrativa e relevante para os jovens.

Importante destaca, como dissemos em capítulo acima, que não é necessário ter experiência prévia em design gráfico para aplicar ou participar da oficina. Como dito, complementando o roteiro da oficina, desenvolvemos também a “Apostila de Inkscape – Design Gráfico para Adolescentes”, um guia prático com instruções e exercícios para auxiliar os participantes no aprendizado do software e na aplicação das tarefas propostas na oficina.

E, nas oficinas, todos os envolvidos, sejam alunos ou educadores, são agentes ativos no processo de aprendizagem, contribuindo com suas experiências e conhecimentos. A construção do conhecimento ocorre de forma colaborativa, através da troca de ideias, debates e atividades em grupo, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento de habilidades sociais. A oficina pedagógica também estimula a experimentação, a investigação e a busca por soluções originais, incentivando a expressão individual e a inovação.

A metodologia utilizada possibilita uma análise profunda da realidade, questionando conceitos e ideias, e promovendo a reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem, além de promover a construção do conhecimento através da prática e da reflexão, em um alinhamento com o pensamento de Paulo Freire, que destaca importância de uma educação que vá além da simples transmissão de informações, defendendo um ensino que estimule a reflexão crítica e a construção do conhecimento pelos próprios alunos, destacando a necessidade de o professor criar um ambiente propício para que os estudantes desenvolvam sua autonomia e capacidade de pensar por si mesmo. Como diz Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Freire, 2002, p. 47).

Sobre nosso recurso a oficinas pedagógicas, salientamos que, para a educadora Vera Maria Candau, (1999, 2012), a oficina pedagógica é uma atividade

pedagógica que promove a aprendizagem prática de novos conceitos e metodologias, através da interação dialógica entre alunos e professor, onde este último atua como mediador, conectando teoria e prática, constituindo um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sociodramas, análise de acontecimentos, a leitura e a discussão de textos, o trabalho com distintas expressões da cultura popular, são elementos fundamentais na dinâmica das oficinas pedagógicas.

Portanto, as oficinas são unidades que produzem conhecimento a partir de uma realidade concreta, a fim de transformá-la. Assim, as oficinas pedagógicas representam uma ferramenta valiosa no processo de ensino-aprendizagem. Reconhecidas como espaços de capacitação e reflexão, elas promovem a troca de conhecimentos por meio da construção coletiva de experiências significativas. Nessas oficinas, os participantes interagem ativamente na busca por conhecimento, conectando o aprendizado à vida cotidiana.

As Oficinas Pedagógicas junto à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) buscam superar a tradicional vinculação da educação com o mercado de trabalho, colocando os educandos no centro do processo educativo e defendendo uma formação humana que os prepare para serem sujeitos autônomos e cidadãos ativos (FRIGOTTO, 2001; RAMOS, 2008), educando para a emancipação e para uma leitura crítica do mundo, o que exige que o processo educativo auxilie os estudantes a compreenderem suas condições de vida, bem como as questões relacionadas ao trabalho na sociedade contemporânea, como o desemprego, as novas formas de trabalho, a desigualdade social, a miséria e as estruturas que produzem desigualdade e discriminação, além de como a educação se relaciona com o trabalho e com a sociedade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Ambas, EPT e Oficinas Pedagógicas, podem desempenhar papéis complementares no desenvolvimento de uma educação emancipadora que supere a lógica do capital, resgatando o trabalho como atividade criativa e transformadora, conectando teoria e prática, integrando formação geral e profissional, e superando essa dicotomia, desenvolvendo todas as dimensões humanas (intelectual, física, social, política, cultural, ética, etc.), buscando superar a fragmentação do ser humano, propondo uma formação omnilateral, que desenvolva todas as potencialidades humanas, indo além do treinamento técnico, promovendo a

consciência de classe e construindo uma educação que forme sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação social, superando a lógica do capital e construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste contexto, a Oficina Pedagógica de Design Gráfico proposta configura-se como um instrumento estratégico para conectar jovens com a Educação Profissional e Tecnológica, mediante uma metodologia engajadora e acessível, podendo ser recurso para estimulá-los a se prepararem para o ingresso no mundo do trabalho, mas não se limitando a isso.

Em nosso roteiro, a oficina pedagógica se configura, sobretudo, como espaço de expressão e aprendizado, fundamentado na troca de saberes e interação horizontal entre educadores e educandos, visando à formação de sujeitos críticos e cidadãos ativos. Ademais, o roteiro integra diversas áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade.

A metodologia dos encontros fundamenta-se na construção ativa do conhecimento mediante a prática, conferindo protagonismo ao discente e estimulando a experiência direta e a participação engajada como elementos essenciais para a aquisição de saberes significativos. Cada um dos cinco encontros contempla momentos de acolhimento e apresentação de objetivos, visando fomentar um ambiente colaborativo, e de reflexão sobre temas relevantes ao grupo, incentivando a troca de saberes a partir da vivência cotidiana.

Em síntese, este trabalho reafirma a importância basilar de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) comprometida com a formação integral do indivíduo, a promoção da justiça social e o pleno exercício da cidadania. Ao propor uma oficina de design gráfico como uma porta de entrada estratégica para a EPT, buscamos estabelecer uma ponte entre o potencial criativo dos jovens e as amplas possibilidades formativas que lhes são asseguradas por direito.

Acreditamos que experiências educativas dessa natureza possuem a capacidade de atuar como catalisadores para a superação das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e inclusiva. A interdisciplinaridade entre o design gráfico, a arte e a tecnologia, mediada por uma pedagogia participativa, oferece um caminho inovador para engajar os jovens a desenvolverem suas capacidades analíticas e criativas e fomentarem um senso de pertencimento e responsabilidade social, elementos cruciais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e para a edificação de um futuro mais equitativo.

Conforme citação trazida na epígrafe desta dissertação:

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (Alves, 2012, p. 29-30).

Nesta crônica, Rubens Alves nos convida a refletir sobre o papel da escola e do educador. Em vez de controlar e limitar, a educação deve encorajar a liberdade, a autonomia e o desenvolvimento do potencial individual de cada aluno. Com sua linguagem poética e sensível, o autor nos lembra que a verdadeira educação é aquela que liberta, que inspira e que nos permite voar em direção aos nossos sonhos. Acreditamos que a escola deve educar para a vida, e não apenas para o mundo do trabalho, em uma sociedade onde, conforme a citação de Ciavatta que já trouxemos em um capítulo acima:

As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos. (Ciavatta, 2014, p.197).

Enfim, como dito na introdução desta dissertação, uma educação que se concentre apenas em transmitir conhecimentos e em desenvolver uma capacidade técnica que apenas prepare o profissional para resolver problemas a partir de uma aplicação prática da técnica não atende mais às necessidades da sociedade e do mundo do trabalho. Os sujeitos precisam ser críticos, reflexivos, criativos, ágeis, inovadores, eficientes e talentosos, prontos para agir e transformar o mundo. Portanto, a educação precisa se transformar, não se limitando ao conformismo, mas estimulando a liberdade e a autonomia.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais do que o simples ensino da técnica, deve ser um processo de transformação, que desperte o potencial de cada indivíduo. Para isso, consideramos ser fundamental incentivar o aluno a explorar suas habilidades e descobrir novas paixões; despertar o desejo de aprender, questionar e buscar conhecimento.

Foi em um sentido próximo a este que, quando já tínhamos realizado a pesquisa que origina esta dissertação, vimos o lançamento do programa “PARTIU IF”, do MEC, uma iniciativa preparatória direcionada a estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede pública, pertencentes a grupos específicos, como negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e com baixa renda. Tal programa tem como objetivo principal fortalecer o aprendizado em Português e Matemática, visando o ingresso nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em contrapartida, o que aqui propomos – uma oficina de design gráfico – se pretende um escopo mais amplo. Essa oficina busca apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a um público maior, os jovens, não se limitando à preparação para ingresso nos institutos federais, mas incentivando o interesse em diversas instituições, como FAETEC e outras escolas técnicas estaduais de todo o Brasil. Além disso, diferentemente do foco em Português e Matemática, a oficina de design gráfico adota uma abordagem omnilateral, explorando múltiplos conhecimentos e a dimensão tecnológica e profissional, com o intuito de despertar nos jovens o desejo de ingressar na EPT a partir de um convite que articula arte e tecnologia.

Em suma, acreditamos que a oficina de design gráfico, estruturada em cinco encontros sequenciais e utilizando o software Inkscape, proporcionará uma jornada de aprendizado multifacetada e logrará êxito ao convidar jovens para a EPT. Ao integrar conceitos do design gráfico com princípios pedagógicos e temas transversais, as atividades propostas estimularão a criatividade, o pensamento crítico, o trabalho em equipe e a capacidade de comunicação visual dos participantes, cumprindo seu objetivo de apresentar a EPT como um caminho promissor e acessível para o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. 9. ed. - Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BALDINI, Loreni Aparecida Ferreira; PÓLA, Marie-Claire Ribeiro. **Construção do conceito de área e perímetro**: uma seqüência didática com o auxílio do software de Geometria dinâmica. Londrina, Brasil: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte/Educação**: um diálogo possível?. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARROS, Rodrigo Trevisano de; SILVA, Laís Rodrigues da. **A superação do discurso hegemônico na construção de uma educação profissional emancipatória**. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 121-130. 2021.

BASTOS, João Augusto De Souza. **Educação Tecnológica**: conceitos, características e perspectivas. In: Revista Tecnologia e Interação. Curitiba: CEFET-PR, 1998.

BATISTA, MÁRCIA LUIZA FRANÇA DA SILVA. **Design Instrucional**: uma abordagem do design gráfico para o desenvolvimento de ferramentas de suporte à Educação a Distância. Dissertação de Mestrado—Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 12-31. maio 2012.

BRASIL, **MEC/SETEC**. Educação Profissional e Tecnológica:Série Histórica E Avanços Institucionais 2003-2016. MEC 2016.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos** . Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº1, de 05 de janeiro de 2021. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. **Lei Nº 14.645, de 2 de agosto de 2023**

BRITO, Gláucia Da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivoneia Da. **Educação e Novas Tecnologias**: um (re)pensar. Curitiba: Intersaberes, 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Oficinas aprendendo e ensinando Direitos Humanos- Educação em Direitos Humanos: Uma proposta de trabalho.** Novameria/PUC-Rio-1999.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos.** Educação & Sociedade, v. 33. p. 715-726, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação em direitos humanos e formação de educadores.** Educação. Porto Alegre, p. 59-66, 2013.

CARDOSO, Rafael. **O design gráfico e sua história.** Revista artes visuais, cultura e criação. Rio de Janeiro: Senac, p. 1-7, 2008.

CIAVATTA, Mari. **A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE.** Revista Trabalho Necessário. v. 3. n. 3, 6 dez. 2005.

CIAVATTA, Maria. **O Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral. Por Que Lutamos?.** Trabalho & Educação, v. 23. n. 1, p. 187-205, 2014.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República–SEDH/PR, 2006.

DORE, Rosemary. **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?.** Cadernos Cedes. v. 34. p. 297-316, 2014.

FISHER, Ernst. **A necessidade da Arte.** Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1983.

FENNER, Rita de Cassia. **Contribuições do design na produção de software educacional.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar,** São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa,** 25. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Aline Hübner. **REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA ACADÊMICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, VIVÊNCIA E CONHECIMENTO.** Palíndromo. v. 8. n. 15. p. 074-082, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos.** In: GOMEZ, Carlos M. Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** Perspectiva, v. 19. n. 1, p. 71-87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **EPT: Contribuições do marxismo para uma abordagem conceitual de tecnologia**. Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 44-58, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- Excertos**, 2005. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/50172049/O\\_TRABALHO\\_COMO\\_PRINCIPIO\\_EDUCATIVO\\_NO\\_PROJETO\\_DE.pdf](https://www.academia.edu/download/50172049/O_TRABALHO_COMO_PRINCIPIO_EDUCATIVO_NO_PROJETO_DE.pdf). Acesso em: 24 mar. 2025.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação**. Acervo.paulofreire.org. 2000. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/b43f97a8-4c85-42e0-8573-c0bedc05245f/content>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GALIAZZI, Maria Do Carmo; MORAES, Roque. **Análise textual discursiva**. 1. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2020.

GALVÃO, Laila Maia; MACHADO, Veruska. **Educação em direitos humanos na educação profissional e tecnológica: uma conversa entre professores**. Brasília, 2021. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/603976>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Paolo Nosella. Recife: Massangana, 1978.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. **A educação do trabalhador no movimento operário da Primeira República no Rio de Janeiro: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon**. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

JUNQUEIRA, Cristina Maria Lima Guimarães. **Ensino de Conjuntos por Atividades**. 2018. 190f. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática).—Universidade do Estado do Pará, Belém.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007

MOURA, Mônica Cristina. **Design para o sensível: política e ação social na contemporaneidade**. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, v. 2, n. 2, p. 44-90, 2018.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. **Revisões de literatura**. 2000.

OBSERVATÓRIO DA EPT. **Conhecendo a Educação Profissional Tecnológica**. Disponível em: <https://observatorioept.org.br/sobre-ept>. Acesso em: 09 nov. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos**

**Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 09 fev. 2025.

OREIRO, José Antônio Perez *et al.* **Educação em Direitos Humanos na Educação Profissional e Tecnológica: revisão de literatura e novas possibilidades**. Anais do IV SIMEPT. Sertãozinho: IFSP, 2024.

OSTROWER; Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA; Niura Maria. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência**. CONJECTURA: filosofia e educação, v. 14, n. 2, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. (3. ed.). Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará., 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5. 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional e Tecnológica: (RE) Conceituando a (Contra) Hegemonia**. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 28-42, 2021.

ROIO DEL, Marcos, **Marx e o trabalho como princípio educativo**. Trabalho & Educação. v. 24. n. 1.

SAVIANI, Dermeval. **O nó do ensino de 2º grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/INEP CENAFOR, n. 1, out. 1986. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50210/29403>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento-revista de educação, n. 4, 2016.

SILVA, Cláudio Nei Nascimento; ROSA, Daniele dos Santos. **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

SILVA, Rossano. **A arte como princípio educativo: um estudo sobre o pensamento educacional de Erasmo Pilotto**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/19622>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOARES, Alexsandro Rosa. **A importância da arte para a socialização**. Revista Iberoamericana de Educación. v. 42. n. 2, p. 1-3, 2007.

SOTCK, Bruna Sordi. **Representatividade de mulheres na política utilizando razão e porcentagem**. generoeeducacao.org.br, 2021. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/representatividade-de-mulheres-na-politica-usando-razao-e-porcentagem/?download>. Acesso em: 30 out. 2024.

STARCK, Gilberto; DA SILVA, Patrícia Grasel. **A presença da Educação em Direitos Humanos na Educação Profissional e Tecnológica**. SCIAS. Direitos Humanos e Educação. v. 6. n. 1, p. 66-92, 2023

TUMOLO, Paulo Sergio. **Trabalho**: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. Perspectiva. v. 14. n. 26, p. 39-70, 1996.